

CADERNO DE DEBATES

3ª PLENÁRIA NACIONAL DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS



CONTAG - FETAGs - STTRs

Diretoria Executiva da CONTAG
(Gestão 2009 - 2013)

Presidente

Alberto Ercílio Broch

Vice-presidente e Secretária de Relações Internacionais

Alessandra da Costa Lunas

Secretário Geral

David Wylkerson Rodrigues de Souza

Secretário de Finanças e Administração

Aristides Veras dos Santos

Secretário de Formação e Organização Sindical

Juraci Moreira Souto

Secretário de Assalariados e Assalariadas Rurais

Antonio Lucas Filho

Secretário de Política Agrária

William Clementinho da Silva Matias

Secretário de Política Agrícola

Antoninho Rovaris

Secretário de Políticas Sociais

José Wilson de Souza Gonçalves

Secretária de Meio Ambiente

Rosicléia dos Santos

Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Maria Elenice Anastácio

Secretário de Políticas da Terceira Idade

Natalino Cassaro

Elaboração: CONTAG

Diagramação: Fernando José de Sousa

INTRODUÇÃO

As Plenárias Nacionais de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais são espaços estratégicos de reflexão, avaliação e redefinição de caminhos para o MSTTR, entre a realização de seus Congressos.

A 3ª Plenária Nacional será realizada no período de 25 a 27 de outubro de 2011, em Luziânia/GO e que contará com delegados e delegadas da Contag, Fetags e de STTRs. Os delegados e delegadas de base serão escolhidos nas plenárias regionais ou estaduais.

É importante reforçar o caráter reflexivo e não deliberativo das Plenárias e, dessa forma, é fundamental que o processo de debates seja aberto e criativo, possibilitando a ampliação e o aprofundamento dos temas relevantes para o MSTTR e a atualização do plano de lutas até a realização do 11º Congresso.

Dessa forma, este Caderno de Debates é um instrumento que pretende provocar as discussões de questões consideradas centrais para que as lideranças avaliem a conjuntura e o contexto rural e busquem caminhos que fortaleçam a ação sindical.

Diferentemente dos documentos das plenárias anteriores que traziam a elaboração por áreas específicas de atuação do MSTTR, este Caderno de Debates aborda temas gerais que fazem a interface entre as diversas áreas. Este documento oportuniza o debate de idéias, sem pretender chegar a conclusões definitivas sobre as questões abordadas. Lembramos que o caráter da plenária é de aprofundamento dos temas que poderão ser deliberados no próximo congresso da Contag.

Por isso, é muito importante que todos e todas leiam com atenção todo o caderno e participem ativamente das Plenárias. Este é um momento rico para o MSTTR buscar novos rumos, reinventar a ação sindical, encontrar maneiras novas de se relacionar com a base, ampliar a representatividade e a capacidade de ação sindical na defesa das questões que unem a categoria e que garantam a implantação do PADRSS, assegurando a melhoria da qualidade de vida e trabalho de homens, mulheres, crianças, jovens e das pessoas da 3ª idade do campo e da floresta.

Desejamos aos delegados e delegadas sucesso na realização das Plenárias.

Diretoria da CONTAG

ORIENTAÇÕES PARA O TRABALHO

Nas Plenárias Regionais e Estaduais, os delegados e delegadas devem:

1. Ler o Caderno de Debates
2. Fazer as reflexões e o debate político sobre o texto lido. Para facilitar este trabalho, poderão ser utilizadas as questões sobre cada um dos temas, que estão localizadas no final deste Caderno de Debates, sem prejuízo de outras que podem ser formuladas pelas Plenárias.
3. Se forem identificadas questões relevantes que não estejam contidas no texto e que devam continuar sendo debatidas e aprofundadas pelo MSTTR até o 11º CNTTR, estas devem ser apresentadas como emendas ao texto.
4. É importante considerar que as sugestões de emendas devem estar centradas no conteúdo político do debate e das propostas.
5. Propor o Plano de Lutas, a partir da problematização das questões contidas no Caderno de Debates, para orientar as ações do MSTTR e dos trabalhadores e trabalhadoras, até o próximo Congresso da Contag. O objetivo deste trabalho é atualizar o Plano de Lutas que foi deliberado no 10º CNTTR.
6. As Emendas ao Caderno de Debates e as propostas para o Plano de Lutas aprovadas nas Plenárias Estaduais ou Regionais devem ser inscritas pelas FETAGs no SITE da Contag, até o dia 30 de setembro de 2011.
7. A Plenária Nacional avaliará as emendas e decidirá sobre o Plano de Lutas.

Bom Trabalho!

I- CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. Os reflexos da crise econômica e financeira, desencadeada pela “bolha” imobiliária dos Estados Unidos em 2008, continua gerando instabilidade principalmente nos países europeus. Essa crise segue fazendo vítimas já que a lógica do capital financeiro de acumulação e especulação continua preservada, com pouca regulação por parte dos Estados.
2. As medidas tradicionais oferecidas pelo FMI e pela cúpula da União Européia aos países que tiveram a economia fragilizada, a exemplo da Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda, não foram suficientes para amenizar as crises internas. Os países cortaram orçamentos e reduziram gastos públicos na área social, fragilizando os direitos coletivos, agravando o desemprego e acentuando a queda da renda da classe trabalhadora.
3. Mesmo com a crise, o capital financeiro, numa íntima relação com o capital produtivo, se mantém controlando e se apropriando das riquezas geradas nas economias. As empresas transnacionais mantêm o seu padrão de acumulação, aumentando a ofensiva de produção e comércio internacional, controlando os mercados, os preços e ampliando seus lucros. Assim, a crise não produz efeitos negativos para os setores econômico e financeiro, mas sim para a classe trabalhadora, impondo a ela maior flexibilização de direitos, precarização do trabalho e aumento da exploração.
4. Esta situação acirra os conflitos na relação capital/trabalho e tem gerado fortes protestos em vários países. Além das manifestações pela garantia de direitos, relacionadas aos impactos da crise financeira, uma onda de lutas pela democracia e liberdade tomou conta de vários países do oriente médio e do norte da África, a exemplo do movimento intitulado de “primavera árabe”, que busca estabelecer a democracia nos países islâmicos e romper com os regimes ditatoriais comuns na região.
5. Entretanto, existe dúvida se a primavera árabe levará à consolidação de governos democráticos, especialmente porque ainda continua a intervenção política e militar dos EUA e de seus aliados na região, especialmente na Líbia. Esta intervenção, no entanto, não tem se dado para impedir o massacre de civis que ocorrem nos países que não são do interesse estratégico das economias ocidentais.
6. Já no contexto latino-americano, o destaque principal é a conquista da crescente autonomia da região frente ao governo norte americano. Esta estratégia foi bastante fortalecida pelo posicionamento do governo brasileiro na gestão de Lula, que produziu fatos como: revisão do acordo com a ALCA que levou ao isolamento desse tratado e o fortalecimento do Mercosul no plano econômico e político; o apoio a governos considerados hostis aos Estados Unidos, como da Venezuela, Bolívia e Equador; manifestação contra o bloqueio econômico à Cuba, além da condenação às tentativas de golpes contra governos democraticamente eleitos, como no caso de Honduras.
7. Nesta estratégia de afirmação do governo brasileiro de atuar de forma independente aos interesses norte americanos, merece destaque o diálogo estabelecido com o governo do Irã pelo governo Lula. Este fato, inclusive, provocou tensionamentos nas relações diplomáticas entre os EUA e o Brasil.
8. O cenário político da região sul americana explicita movimentos que às vezes são de alternância de poder e outros de continuidade. Diferentemente do que vem ocorrendo em vários países

da União Européia, há uma ampliação de governos de centro esquerda na América Latina, com a eleição de Hugo Chaves, na Venezuela; Lula e Dilma no Brasil; Fernando Lugo, no Paraguai; Mujica, no Uruguai; Evo Morales na Bolívia; Rafael Correa, no Equador e Ollanta Humala no Peru.

9. No entanto, o perfil ideológico que orienta estes governos, não tem sido suficiente para estabelecer uma estratégia de centro esquerda para América Latina. O que se observa é a formação de dois blocos distintos, um entre os países que fazem parte do MERCOSUL e outro com aqueles vinculados à ALBA. Além do mais, em muitos casos, cada país faz a sua própria política de acordo com os interesses locais, dificultando conquistas que sejam do conjunto da região.
10. Esta dificuldade em realizar ações e estratégias articuladas se dá, também, para o estabelecimento de políticas destinadas ao campo. Como exemplo, observa-se dificuldades em construir políticas de fortalecimento para a agricultura familiar na região, mesmo entre os países membros do MERCOSUL ampliado. Da mesma forma, evidenciam-se problemas para assegurar o pleno funcionamento das sessões nacionais da Reunião Especializada de Agricultura Familiar- REAF.
11. Do ponto de vista da economia, observa-se pouca alteração nas relações comerciais na Comunidade Andina, com um limitado avanço no processo de integração regional, especialmente pela falta de marcos regulatórios e de políticas que permitam o seu fortalecimento no intra-bloco. No Mercosul, os interesses econômicos e comerciais de grupos privados continuam gerando várias crises políticas e atrasando o processo de integração Regional como um todo. Além do mais, as demandas sociais das populações ficam em segundo plano e, na maioria das vezes, nem são consideradas pelos governos dos Estados Parte para o estabelecimento de acordos regionais.
12. Outro aspecto importante da conjuntura internacional refere-se aos desafios colocados para a humanidade em relação, principalmente, às mudanças climáticas, ao padrão de produção e consumo e ao combate à fome e à pobreza. Temas destas agendas globais, explicitadas nas questões ambientais, econômicas, energéticas e na volatilidade de preços dos alimentos se somam e influenciam na capacidade dos países em cumprirem as metas do milênio em relação ao combate a fome no mundo e resultam em impactos drásticos na insegurança alimentar. A necessidade de se encontrar alternativas viáveis para responder de maneira adequada a estes desafios coloca a agricultura familiar no centro destes debates no mundo, em razão dela ser, fundamentalmente, produtora de alimentos. Consequentemente, nestes debates, são destacadas as necessidades de ampliar e fortalecer a agricultura familiar, assegurando melhorias no acesso a terra e nas políticas públicas.
13. As políticas brasileiras voltadas à segurança alimentar e nutricional e ao desenvolvimento rural que visam aumentar a produção de alimentos, gerar renda e emprego na agricultura familiar e avançar nas ações de reforma agrária, têm contribuído para erradicar a fome, reduzir a pobreza e as desigualdades no Brasil. Esta experiência tem influenciado vários países na adoção de ações semelhantes e foi decisiva para assegurar a eleição de José Graziano da Silva como Secretário Geral da FAO, cargo jamais ocupado antes por um representante da América Latina. A FAO é o braço da ONU para as ações relacionadas à agricultura e tem um papel fundamental nas políticas de combate a fome no mundo.
14. A alta dos preços dos alimentos é hoje um dos principais temas em debate no mundo. Este

debate conta com visões diferenciadas sobre as principais razões de tal elevação de preços. São elas:

- a) a alta dos preços dos alimentos é um problema endêmico e permanente na política dos mercados agrícolas, e que apenas estaria sendo perturbada por questões climáticas;
 - b) o caráter cíclico conforme os níveis de investimentos/subsídios recebidos pelo setor; e
 - c) as políticas comerciais com ausência de regulamentação, onde nesse processo perdem agricultores e consumidores, que ficam a mercê de atravessadores.
15. No cenário das grandes agendas globais, uma preocupação relevante é a de que, em nome do atendimento às demandas pela sustentabilidade socioambiental, prevaleçam resultados que levem ao aumento da acumulação de bens e riqueza e da exploração.
 16. Nos elementos da conjuntura mundial destaca-se, também o crescente processo de estrangeirização das terras de países pobres, especialmente no Cone Sul. Estas terras estão sendo obtidas por outros Estados ou por setores privados da economia como fonte de reserva para a produção de alimentos, de energia e de abastecimento hídrico.
 17. Como exemplo, na última década no MERCOSUL e nos países vizinhos, milhões de agricultores familiares, camponeses e indígenas abandonaram ou foram expulsos de suas terras e de suas atividades, em razão da falta de políticas de fortalecimento deste setor e da investida de grandes empreendimentos no campo. Neste processo, as unidades familiares são substituídas por um número reduzido de empresas de grande porte que compram ou arrendam as terras a baixos preços ou, até mesmo, expulsam violentamente as famílias do campo, como forma de avançar sobre as fronteiras agrícolas.
 18. Todos estes elementos da conjuntura internacional trazem novos interesses e preocupações para a sociedade e governos e desenham importantes desafios a ser enfrentados pelo movimento sindical, exigindo do MSTTR a maior apropriação de informações, atualização de conceitos e construção de propostas de novas políticas que assegurem respostas adequadas às demandas da base sindical.
 19. Outro importante desafio para o MSTTR refere-se à capacidade de ampliar e qualificar as articulações sociais, melhorando a correlação de forças da classe trabalhadora e permitindo uma intervenção nas políticas de Estado que seja capaz de romper com o padrão de exploração e de acumulação da riqueza e capital.

II- CONJUNTURA NACIONAL

20. O Brasil convive com um permanente processo de disputas de modelos para o desenvolvimento rural. As lutas sociais conseguiram fazer com que, nos últimos anos, o governo brasileiro implantasse políticas importantes com enfoque na segurança alimentar e nutricional e ao desenvolvimento rural. Neste cenário, foram conquistadas um conjunto expressivo de políticas públicas destinadas à agricultura familiar, a exemplo do PRONAF; a lei da Agricultura Familiar; o Programa Nacional de Habitação Rural; Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF); Garantia-Safra; Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que abriram um importante espaço no mercado institucional para a agricultura familiar, além dos programas de transferência de renda como o Fome Zero e o Bolsa Família.

21. Apesar destas políticas não terem sido suficientes para impor transformações estruturantes na realidade de concentração de terra e renda no campo e nem alterar a lógica do desenvolvimento rural, elas foram fundamentais para melhorar a qualidade de vida de um contingente significativo de famílias e afirmar a agricultura familiar no cenário nacional.
22. A forma como o Brasil vem tratando o combate a pobreza e as políticas para a agricultura familiar tem influenciado, inclusive, no debate sobre estes temas e na adoção de práticas semelhantes por vários países, especialmente na América Latina e África.

Economia

23. Nos últimos anos o Brasil vem exercendo uma política de crescimento econômico sustentado, caracterizada pelo controle da inflação e dos juros, produção de superávit primário e adoção de cambio flutuante. Também orienta a economia, a utilização de recursos públicos para infraestrutura de grandes projetos, equipamentos de produção e serviços, pela expansão do crédito e por ações de transferência de renda para populações mais pobres.
24. A estabilidade econômica vem sendo assegurada ao longo dos anos, o que possibilita uma avaliação positiva da economia do país por agentes internacionais. Isto resulta na redução do chamado Risco Brasil e em constantes divulgações de que o Brasil é um dos países mais seguros para os investimentos estrangeiros, com a projeção de que deverá ser a 5ª economia mundial até o ano de 2025.
25. Entretanto, esta lógica econômica reforça uma estratégia de desenvolvimento que não está centrada na sustentabilidade do país. Por exemplo, há uma utilização de amplos investimentos públicos para a implantação de grandes obras de infraestrutura, mesmo que estas afetem drasticamente o meio ambiente e as populações locais.
26. Da mesma forma, a exigência em gerar recursos para o pagamento dos serviços da dívida ditada pela política econômica, produz o contingenciamento e cortes orçamentários que impactam fortemente na execução de políticas sociais. Por exemplo, enquanto foram utilizados mais de R\$200 bilhões em 2010, para o pagamento dos serviços da dívida, apenas R\$16 bilhões foram destinados para o PRONAF e menos de R\$4 bilhões para as ações de obtenção de terras para a reforma agrária.
27. Outra característica da política econômica adotada pelo Brasil é o estabelecimento de taxas de juros reais e de carga tributária muito elevadas, caracterizadas como uma das mais altas do mundo entre os países com o mesmo nível de renda per capita. Além do mais, nos últimos anos, a valorização do real em relação ao dólar vem dificultando a competitividade dos produtos exportados pelo Brasil e aumentado a facilidade de importação de produtos de outros países, com o agravante de que o Brasil exporta matéria prima e importa produtos industrializados.
28. Há um crescente desafio para a superação de obstáculos que permitam ao país concretizar uma rota de desenvolvimento que assegure a inclusão e melhoria do padrão de vida de toda a população e reduza a enorme desigualdade de renda e riqueza. O enfrentamento desses desafios exige alteração da atual estratégia econômica de modo a permitir um patamar superior de desenvolvimento que assegure inclusão social política e produtiva, a conservação ambiental e o fim das desigualdades.
29. Isto implicará em ir além do crescimento econômico, superando obstáculos estruturais ao

desenvolvimento, como a realização da reforma agrária; o fortalecimento da agricultura familiar; a garantia de um padrão de produção de alimentos saudáveis e sustentáveis; de qualidade da educação, especialmente a educação pública e universal; direito à saúde; trabalho digno; renda; superação do déficit habitacional e implantação de infraestrutura adequada dentre outros.

Política

30. A eleição no Brasil em 2010 foi polarizada pela disputa entre a continuidade do projeto do governo Lula e a oposição a ele, representada pela aliança entre o PSDB e Democratas. Situação que se refletiu não só nas eleições presidenciais, mas também nos estados.
31. A eleição de Dilma se deu a partir de uma política ampla de alianças, que incorporou partidos de várias matizes ideológicas e de interesses muitas vezes antagônicos, onde se destaca a participação do PMDB como o maior partido da base de sustentação do governo.
32. As diferenças e as disputas entre os partidos da base interferiram na formação do governo e, muitas vezes deixa-o refém dos interesses partidários para garantir a aprovação de proposições de seu interesse no Congresso Nacional. Isto porque a base do governo no Congresso é formada por um grande número de partidos e de parlamentares com perfil conservador e que não têm interesse em aprovar projetos que tragam mudanças estruturais na vida do povo ou contrariem os interesses do capital. Um exemplo desta postura foi a votação da alteração do Código Florestal na Câmara dos Deputados.
33. Nas eleições de 2010, a participação do MSTTR no processo eleitoral foi bastante significativa para dar visibilidade às propostas pelo Desenvolvimento Rural Sustentável, mas não resultou num aumento significativo da bancada de parlamentares oriundos do movimento sindical. Contudo, com as articulações ocorridas nos estados foi possível ampliar a eleição de parlamentares que apóiam a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e qualificar a intervenção no Congresso Nacional.
34. Mesmo assim, a representação política no Congresso Nacional continua bastante desproporcional ao tamanho da base representativa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, mantendo uma correlação de forças ainda bastante desfavorável. Esta situação é agravada pela dificuldade de manutenção de uma estratégia de atuação do MSTTR junto ao congresso nacional, realizando ações permanentes e articuladas que convençam e pressionem os parlamentares a apresentarem proposições e aprovarem políticas de interesse da categoria.

Ações de Combate à Miséria

35. Propondo avançar nas medidas executadas por Lula de promover o combate à pobreza, o governo Dilma lançou o Programa Brasil Sem Miséria, que visa a erradicação da extrema pobreza no País, agenda que tem uma importância relevante para o MSTTR. Apesar das virtudes da proposição, este programa trouxe limites acentuados quando se embasou apenas na execução de ações de transferência de renda, sem atacar questões estruturantes causadoras da miséria e da exclusão, a exemplo da reforma agrária.
36. O desenho estabelecido até aqui para o programa requer ações fortes do MSTTR para garantir que o mesmo seja alterado, assegurando ações de combate à pobreza que articulem políticas

sociais com políticas econômicas e promovam a redução das desigualdades, o respeito aos direitos humanos e a conquista de autonomia para os indivíduos, especialmente no campo que concentra os maiores índices de pobreza, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, onde há mais dificuldades de acesso às políticas e aos bens e serviços públicos.

37. Apesar dos limites observados no programa governamental, ele poderá potencializar um conjunto de políticas e ações públicas para uma parte da população que até então estava totalmente excluída do acesso às mesmas. No entanto, para garantir a efetivação das metas previstas, o Estado terá que investir no fortalecimento de suas estruturas, na destinação de recursos, desburocratização e simplificação de procedimentos e adequação dos marcos regulatórios.
38. Diante de todos os elementos da conjuntura nacional, o MSTTR está desafiado a qualificar a sua ação para melhor intervir no debate e nas lutas para efetivação das políticas no campo. Este desafio é ainda maior, quando o MSTTR é obrigado a se manter em permanente disputa pelo modelo de desenvolvimento para o campo, que se dá no âmbito dos governos, no parlamento, na mídia, na sociedade e também dentro da base sindical.
39. Em relação ao programa de combate à pobreza extrema, o MSTTR terá que qualificar sua ação nos debates e proposições sobre o combate à pobreza, uma vez que este tema não tem sido central na sua agenda de lutas. Tradicionalmente o MSTTR vem propondo políticas mais amplas para o campo e quase sempre para os setores mais consolidados. Dessa forma, é preciso aprofundar o debate sobre a visão de pobreza rural e dar visibilidade às concepções e propostas que visem, de fato, a autonomia no meio rural.

III- CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO

40. A realidade complexa e dinâmica, historicamente observada no campo brasileiro, vem sendo afetada drasticamente nos últimos tempos pelo fortalecimento de uma estratégia de desenvolvimento que busca levar a um nivelamento do padrão produtivo e cultural. A base desta estratégia é a consolidação de um modelo de desenvolvimento rural centrado na lógica do agronegócio pautado pelo setor externo e pela competitividade.
41. Não há dúvidas de que este modelo vem ganhando cada vez mais força, observada pelo grau de participação do capital, especialmente internacional, e das grandes corporações nas atividades agropecuárias ou a elas relacionadas, dominando as cadeias produtivas do agronegócio e controlando o mercado de commodities. Empresas como a Cargil, Bunge, ADM, Nestlé, Continental Grain e Monsanto, controlam mais de 60% do mercado de cereais, proteínas e sementes.
42. A matriz produtiva deste modelo demanda uma permanente elevação da produção e da produtividade e se orienta pelos monocultivos e uso cada vez maior de insumos químicos, agrotóxicos e maquinário, impactando fortemente o meio ambiente. Destaca-se, que amplos setores da agricultura familiar se aproximam deste modo de produzir buscando alternativas de crescimento e de inserção no mercado. No entanto, fatores como o tamanho reduzido dos estabelecimentos, o custo de produção e a dependência aos financiamentos, na maioria das vezes, faz com que os empreendimentos familiares se inviabilizem, elevando-se o grau de endividamento, a dependência ao processo de integração às grandes agroindústrias e o êxodo rural.

43. Este fato produz o enfraquecimento da lógica produtiva e relacional que caracteriza a dinâmica das comunidades e dos municípios rurais. O êxodo leva ao envelhecimento e masculinização no campo e acarreta um excedente populacional urbano, produzindo problemas crônicos nas cidades como os relacionados com a saúde pública, educação, segurança, desemprego, moradia, dentre outros.
44. Apesar de enaltecido por vários setores da sociedade, da mídia, da academia, do parlamento e de governos, o modelo atual de desenvolvimento revela um conjunto de contradições: enquanto bate sucessivos recordes na produção agrícola e celebra os índices positivos na balança comercial em razão das exportações, eleva os índices de acumulação e a concentração da terra e do capital, acirram-se as desigualdades, a exclusão, a violência no campo e a degradação ambiental.
45. Mesmo com as contradições presentes neste modelo produtivo, os governos continuam investindo fortemente na sua estruturação, aplicando fartos recursos públicos para financiamentos, pesquisas e implantação de infraestrutura e logística para atender aos grandes empreendimentos. Basta observar a disparidade entre os recursos destinados pelo governo federal para a agricultura empresarial num total de R\$ 107,2 bilhões para o Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012 e para a Agricultura Familiar de apenas R\$ 16 bilhões no atual Plano Safra. Além do mais, o governo brasileiro tem investido em ampliar as pesquisas realizadas pela Embrapa, visando expandir para a Savana Africana as experiências de produção no cerrado brasileiro, desconsiderando os efeitos que este processo produz sobre a agricultura familiar e o meio ambiente. Esta ação se dá em nome da cooperação internacional voltada à segurança alimentar.
46. Estes elementos reforçam o processo de “modernização” da agricultura, que ocorreu sem promover rupturas nas relações sociais e de poder patriarcais, autoritárias e predatórias pautadas pelo domínio da terra e da renda. Isto faz com que ao lado do agronegócio moderno, conviva o latifúndio improdutivo, terras públicas griladas, posseiros não titulados, trabalho escravo, informalidade nas relações de trabalho, acirramento da violência no campo, trabalhadores rurais sem terra e populações quilombolas e indígenas com territórios não regularizados e seriamente ameaçados. Esta situação é agravada pelo crescente processo de estrangeirização no campo, resultado da participação do capital internacional na compra de terras e em investimentos nos grupos e empresas rurais.
47. Um fator relevante para esta realidade agrária está na debilidade, ou mesmo inexistência, de instrumentos de controle público e de regulação da propriedade fundiária e do agronegócio. Apesar de a Constituição Federal prever a exigência do cumprimento da função social como condição ao direito de propriedade, esta norma tem sua aplicação restringida pela interpretação jurídica que a considera ainda carente de regulamentação por lei ordinária.
48. Também não há no Brasil um limite para o tamanho da propriedade da terra o que permite a concentração indefinida das áreas. As regulações trabalhistas, ambientais, fiscais e previdenciárias são pouco fiscalizadas e os proprietários se sentem no direito de usufruir ou não da terra como lhes convêm, degradando recursos naturais, explorando mão-de-obra, envenenando rios e nascentes.
49. Existem fortes investimentos para que a lógica da agricultura moderna seja a única adotada no campo, buscando nivelar todos a este padrão produtivo. Isto atinge parte das unidades familiares, levando-as a um crescente processo de especialização produtiva. Esta realidade, no

entanto, fez ampliar a diferenciação social entre os agricultores e agricultoras consolidados e os mais pobres, além de desconsiderar a heterogeneidade existente no meio rural e fragilizar os demais sistemas de produção, como aqueles pautados na agroecologia e em outros modelos alternativos às práticas da “revolução verde”.

50. O contexto rural se articula também a uma realidade caracterizada pelo aumento da renda familiar, tanto no campo quanto na cidade, que produz uma tendência de elevação da demanda por alimentos no País. Contudo, o ritmo de crescimento da produção agrícola em grande medida destinada à exportação é muito superior ao da produção de alimentos destinados ao consumo interno. Como exemplo, observa-se que no período de 1990- 2008, a produção de cana-de-açúcar cresceu 146% e a de soja, 200%, enquanto o crescimento da produção de feijão foi de 55%; de arroz, 63%; e de trigo, 95%.
51. A área dos grandes monocultivos avançou consideravelmente em relação à área ocupada pelas culturas de menor porte, mais comumente direcionadas ao abastecimento interno. Apenas quatro culturas de larga escala (milho, soja, cana e algodão) ocupavam, em 1990, quase o dobro da área total de outros 21 cultivos. Entre 1990 e 2009, a distância entre a área plantada dos monocultivos e estas mesmas 21 culturas aumentou em 125%, sendo que a área plantada destas últimas retrocedeu em relação a 1990. A monocultura cresceu não só pela expansão da fronteira agrícola, mas também pela incorporação de áreas destinadas a outros cultivos.
52. Além do mais, o pacote tecnológico aplicado nas monoculturas levou o Brasil a ser o maior mercado de agrotóxicos do mundo. Entre as culturas que mais utilizam agrotóxicos estão a soja, o milho, a cana, o algodão e os citros. Entre 2000 e 2007, a importação de agrotóxicos aumentou 207%. O Brasil concentra 84% das vendas de agrotóxicos da América Latina e existem 107 empresas com permissão para utilizar insumos banidos em diversos países. Os registros das intoxicações aumentaram na mesma proporção em que cresceram as vendas dos pesticidas no período 1992-2000. Mais de 50% dos produtores rurais que manuseiam estes produtos apresentam algum sinal de intoxicação
53. O avanço deste processo de modernização tecnológica nos empreendimentos rurais tem afetado fortemente a vida de assalariados e assalariadas rurais, já que além dos efeitos sobre a saúde, provoca uma significativa e crescente eliminação de postos de trabalho em razão da mecanização nas lavouras. Isto tem provocado intensos debates envolvendo setores de governos e da sociedade sobre o destino destes trabalhadores e trabalhadoras.
54. Outro elemento em destaque na realidade de assalariados e assalariadas rurais, refere-se ao alto índice de informalidade e precarização das relações de trabalho, à rotatividade no emprego e a flexibilização de direitos, que está presente em todos os setores que contratam mão-de-obra no campo. Além disso, constatam-se os fortes processos migratórios decorrentes do alto nível de desemprego e da sazonalidade na oferta de trabalho.
55. A questão ambiental é um dos temas mais relevantes da atualidade que afeta toda a sociedade e, de maneira especial a agricultura familiar. Agendas como as das mudanças climáticas, a demanda por energias limpas e a produção de alimentos saudáveis são centrais no debate de governos e sociedade no mundo todo e apontam para a necessidade de transformações no padrão produtivo e de consumo.
56. A demanda pela solução de problemas que foram causados pela intervenção predadora no meio ambiente passa, necessariamente, pela construção de um desenvolvimento que seja, de

fato, sustentável. Isto pode potencializar o fortalecimento da agricultura familiar, desde que lhe seja assegurado amplos investimentos públicos. Para tanto, será fundamental que o MSTTR internalize as transformações necessárias à sustentabilidade e conquiste o apoio consciente da sociedade sobre as vantagens da produção familiar, visando intervir articuladamente nas ações do Estado para tornar este modo produtivo a base do desenvolvimento rural.

57. Por mais que as dificuldades observadas no campo ameacem a vida e os direitos, a permanência das lutas e das dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais protagonizadas pelos diversos sujeitos que ali vivem, fazem com que o meio rural continue sendo um lugar de produção e reprodução de vida e trabalho.
58. Este é o contexto de campo onde o MSTTR deve intervir para assegurar a potencialização do desenvolvimento sustentável, transformando a realidade que produz a exclusão e a degradação ambiental. O desafio que está posto para as entidades do sistema Contag é atuar de forma cada vez mais qualificada e articulada, construindo e fortalecendo alianças e parcerias estratégicas que assegurem a implantação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário-PADRSS centrado na realização da ampla e massiva reforma agrária e da ampliação e fortalecimento da agricultura familiar.
59. Portanto, é preciso que o MSTTR fortaleça suas proposições e lutas pela construção de uma política de desenvolvimento rural que leve em conta a diversidade de realidades e as potencialidades dos diversos biomas e que articule políticas públicas com infraestrutura, serviços e logística que, efetivamente alavanquem o desenvolvimento sustentável.

IV- SUJEITOS POLÍTICOS NO ESPAÇO RURAL: SUAS ESPECIFICIDADES E REPRESENTATIVIDADE SINDICAL

60. O espaço rural é um lugar onde as dinâmicas sociais são apoiadas na relação com a natureza e com o patrimônio sociocultural de mulheres e homens que moldam este espaço com a força de seu trabalho e do seu saber-fazer, onde produzem e reproduzem sua existência e se afirmam como sujeitos políticos.
61. As trajetórias construídas pelos sujeitos políticos do campo são determinadas pelo contexto histórico, político, econômico social e cultural em que se inserem e por relações conflituosas de poder. Estas relações constituem um cenário permanente de lutas e disputas políticas que envolvem dimensões diferenciadas, relacionadas aos conflitos de classe e, também, de gênero, geração, raça e etnia.
62. O PADRSS em processo de construção pelos sujeitos políticos expressa um firme posicionamento quanto às bases do desenvolvimento apoiadas no fortalecimento da agricultura familiar, na terra, trabalho e renda para todos. Da mesma forma, embasa-se no reconhecimento e na valorização das mulheres, dos jovens, das pessoas da 3ª idade e no combate a todas as formas de discriminação, inclusive as de ordem racial e ética.
63. Os sujeitos políticos do campo têm uma visão de mundo que prevê a transformação da sociedade com a superação do modelo hegemônico. Buscam conquistar este sonho, pelo fortalecimento de suas organizações e de suas condições de participação e intervenção nos processos de desenvolvimento, tornando-se protagonista na construção do tipo de desenvolvimento que querem e valorizam.

64. A estratégia do MSTTR para valorizar estes sujeitos políticos é implementar o PADRSS, que se fundamenta na inserção social, cultural, política e econômica das pessoas que fazem do campo e da floresta o seu lugar de vida, trabalho, cultura e de relações sociais.
65. Estão presentes no campo e na floresta mulheres e homens, crianças, jovens e pessoas da terceira idade, aposentados(as) e pensionistas, que são trabalhadoras e trabalhadores caracterizados como agricultores e agricultoras familiares, assalariados e assalariadas rurais, assentados e assentadas, acampados e acampadas da reforma agrária, sem terra, comodatários(as), arrendatários(as), posseiros(as), meeiros(as), pecuaristas familiares, pescadores(as) artesanais, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas e outros sujeitos que protagonizam a dinâmica do espaço rural.
66. Os sujeitos caracterizados como agricultores e agricultoras familiares produzem formas diferenciadas e plurais de vida, trabalho e organização, que desmistificam a idéia da agricultura única pautada exclusivamente pela lógica de mercado. Para eles, a terra é o lugar que lhes confere identidade, honra e trabalho e não apenas um meio de produção. É o espaço onde se produz um modo de viver, radicalmente diferente da grande propriedade rural, impessoal, instrumental, desenraizada e que se destina basicamente à exploração para obtenção do lucro.
67. O vínculo dos assalariados e assalariadas rurais se estabelece com o campo, principalmente, pelas relações formais ou informais de trabalho que estabelecem tanto com os empreendimentos do agronegócio como os da agricultura familiar. O local de moradia também é um elemento importante na relação destes sujeitos com o campo, pois mesmo que a maioria deles viva nas cidades, continuam mantendo uma forte ligação com o espaço rural, não só pelo trabalho, mas em razão de suas origens, trajetórias e vivências que, inclusive, influenciam nas suas oportunidades de vida e trabalho.
68. A diversidade e pluralidade de interesses e de relações destes sujeitos desafiam a atual estrutura e organização sindical do sistema Contag, que é predominantemente constituída por entidades lideradas por dirigentes vinculados à agricultura familiar. A maioria destas entidades carecem de maior qualificação na sua ação para se legitimar como representantes dos assalariados e assalariadas rurais, respondendo pelas suas demandas por visibilidade e valorização, qualidade de vida e trabalho, elevação da renda e inclusão social e produtiva.
69. Além dos sujeitos políticos rotineiramente tratados pelo MSTTR, também estão presentes na base sindical, vários povos e comunidades tradicionais, a exemplo de extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, faxinais e quilombolas. Muitos destes povos estão organizados em estruturas próprias, o que foi, inclusive, potencializado pela aprovação da legislação que reconheceu a existência formal de todas as populações tradicionais. Apesar da maioria dessas organizações não ter caráter sindical, as mesmas vêm conseguindo estabelecer lutas específicas para atendimento de suas demandas, obtendo conquistas para o setor que representam. Entretanto, a diversidade de organizações, embora legítima, fortalece uma lógica de fragmentação entre sujeitos que são diferentes, mas que têm objetivos comuns pela construção do DRSS.
70. O desafio para o MSTTR é ampliar a compreensão sobre a lógica de vida e produção dessas populações e o papel de suas organizações específicas, visando ampliar as alianças e articulações com as mesmas e, também, motivar as populações interessadas a comporem a base sindical. Neste último caso, para responder pela representação destes sujeitos será necessário que o MSTTR amplie e qualifique a sua capacidade de ação e melhore a sua estrutura sindical

de forma a responder pelas demandas específicas, o que é fundamental para ampliar a constituição das bases para a disputa de poder e de modelo de desenvolvimento.

71. Outro aspecto importante na abordagem dos sujeitos do campo e da floresta são as relações sociais de gênero e geração, especialmente pelo agravamento da situação das mulheres, crianças, adolescentes e jovens e pessoas da 3ª idade, decorrente da invisibilidade social, dupla jornada de trabalho por parte das mulheres, inserção no mundo do trabalho de forma fragilizada, comprometimento na sucessão rural, desvalorização do valor do trabalho e da renda pelo grupo familiar.
72. Isto demanda ações político-sindicais para a valorização destas pessoas na organização sindical, bem como para intervir nos sistemas e modos de produção, assegurando o fortalecimento da democracia interna no MSTTR e o fomento de práticas que rompam com a subordinação de mulheres e jovens no processo produtivo familiar. Um elemento importante para garantir a democracia interna diz respeito ao cumprimento das deliberações congressuais sobre as cotas de mulheres e jovens em todas as instâncias do MSTTR.
73. A diversidade dos sujeitos presentes no espaço rural demonstra interesses às vezes comuns e outras divergentes, o que requer o atendimento de demandas coletivas sem desconsiderar as especificidades. O desafio é pensar as mudanças na estratégia política, nas ações e na estrutura organizativa da CONTAG, FETAGs e Sindicatos, de modo a absorver as demandas dos diversos sujeitos e potencializar as transformações nas suas relações e práticas de vida, trabalho e militância, reconhecendo as suas diferenciações e atuando para fortalecer a unidade organizativa em torno de um projeto político comum.

V- REFORMA AGRÁRIA

Desafios para a Reforma Agrária

74. A realização da reforma agrária ampla e massiva, que produza mudanças estruturais na propriedade e no uso da terra, pressupõe forte intervenção do Estado na fiscalização da função social e na aplicação de políticas públicas que resolvam a questão agrária e assegurem o acesso a direitos, ao processo produtivo e à autonomia econômica, social e política das famílias beneficiadas.
75. De fato, nunca houve uma reforma agrária ampla e massiva no Brasil e o que existe é uma política de assentamento, com ações pontuais e isoladas em reação aos conflitos fundiários e para amenizar tensões sociais decorrentes das disputas pela posse da terra. Isto ocorre devido ao desinteresse político dos governos e a um conjunto de obstáculos legais e operacionais que inibem a capacidade de intervenção pública na estrutura fundiária.
76. A tradicional falta de apoio dos governos à reforma agrária se deve ao posicionamento conservador que prevalece no cenário político brasileiro. Mesmo no governo Lula, que foi amplamente apoiado pelos trabalhadores e trabalhadoras, a reforma agrária não foi priorizada na agenda política devido, principalmente, às opções estabelecidas para compor a base de sustentação política que orientou o governo. A falta de priorização da reforma agrária, no entanto, não afetou a aprovação dos trabalhadores e trabalhadoras ao governo Lula e, também, não foi um tema que influenciou o processo eleitoral que elegeu Dilma.

77. É importante enfatizar que a tendência que vem sendo desenhada no governo Dilma é, também a de não promover mudanças positivas na condução da política agrária. Como exemplo, pode ser mencionado o fato de o ministro do MDA ter sido o último a ser escolhido na formação do governo e que até o mês de julho não houve nomeações de diretores e nem de superintendentes regionais do INCRA. Além do mais, o programa de combate a pobreza extrema anunciado pelo governo, não tratou do tema da reforma agrária, apesar de ser no campo onde estão os maiores índices de miséria e ser a concentração da terra a razão principal da exclusão social e produtiva.
78. Além deste cenário, o acirramento da concentração fundiária com a estrangeirização das terras e a expansão do capitalismo no campo, indica um esgotamento do modelo atual de reforma agrária, exigindo repensar a atual base legal, as estruturas de Estado e as formas de intervenção pública para a realização da reforma agrária.
79. O Programa Nacional de Crédito Fundiário-PNCF foi criado como uma ação complementar de reforma agrária, para permitir o acesso de trabalhadores e trabalhadoras às áreas não passíveis de desapropriação. O programa prevê o financiamento subsidiado para compra de terras e para investimentos comunitários nas áreas adquiridas. O PNCF tem resultado em experiências positivas, mas também padece da falta de prioridade política para a sua ampliação e fortalecimento. Isto se reflete na pouca estrutura de gestão do programa, na dificuldade de aprovação de alterações normativas e nas restrições orçamentárias, que limitam e atrasam as ações nos estados.
80. Outro elemento que dificulta o funcionamento do PNCF é o preço das terras que se mantêm em ascensão. Isto, aliado ao teto máximo do valor de financiamento e capacidade de pagamento de cada família, muitas vezes inviabiliza a compra ou leva os beneficiários a adquirirem terras de pior qualidade ou em parcelas muito pequenas, que pode levar à insustentabilidade das propriedades e afetar o processo de sucessão rural.
81. Outra ação importante para o ordenamento fundiário nacional, diz respeito às demandas pela regularização fundiária das terras públicas federais e estaduais. A falta de regularização destas terras deixa milhares de pequenos posseiros em situação de permanente instabilidade pela ação de grileiros o que, inclusive, é uma das principais razões para a violência no campo.
82. Apesar da regularização fundiária requerer uma forte intervenção pública, a ação dos governos sempre foi bastante insuficiente para a solução definitiva deste problema. Um exemplo disso tem sido a execução do Programa Terra Legal que é destinado à regularização das áreas públicas federais na Amazônia Legal e que apesar de ter sido priorizado pelo governo em relação às outras ações de reforma agrária, logrou o cumprimento de apenas 1% da meta que foi estabelecida para o ano de 2010.
83. Além da regularização de terras públicas, há uma forte demanda para a regularização fundiária das propriedades familiares. Atualmente, milhares de unidades não estão regularizadas, principalmente, por não ter sido efetuado os devidos inventários e partilhas. Isto ocorre, especialmente devido a burocracia e aos custos dos processos.

Lutas e mobilizações pela reforma agrária

84. Reagindo à inércia ou à oposição do Estado em realizar a reforma agrária e ao modelo de desenvolvimento excludente, o MSTTR e outras organizações sociais sempre mantiveram um

movimento de pressão no campo, apesar de ter havido um arrefecimento destas ações nos últimos anos. As ocupações de terras e acampamentos continuam sendo as mais evidentes expressões de mobilizações, que se somam à luta de posseiros, quilombolas, índios, extrativistas e outras populações na luta pela terra, além de várias ações de massa que pressionam para colocar a reforma agrária no contexto das políticas públicas.

85. Estas formas de mobilizações, entretanto, não têm sido capazes de produzir alterações na lógica da ação do Estado e nem na estrutura agrária do país. Há um crescente processo de criminalização das lutas e das organizações, para a qual a imprensa, o judiciário e o legislativo têm oferecido uma grande contribuição. Influenciada pelas imagens negativas divulgadas, especialmente pela mídia, parte significativa da sociedade não absorve as mensagens produzidas pelas organizações que lutam pela terra e não percebe a reforma agrária e a agricultura familiar como alternativa para construir um desenvolvimento rural sustentável e solidário, capaz de solucionar, inclusive, problemas estruturais das populações urbanas.
86. Isto exige maior qualidade nas estratégias de mobilização e ação sindical no tratamento desta questão e na construção de proposições e alternativas. Apesar da reforma agrária constar nos documentos do MSTTR como uma pauta prioritária, boa parte de dirigentes, lideranças e entidades sindicais não assumem esta bandeira como uma ação importante. Mesmo nos estados onde a luta pela terra é expressiva, observam-se ações reduzidas no processo de organização dos assentamentos e, não raro os sindicatos estão ausentes desse processo.

A Organização dos Assentamentos

87. Os assentamentos devem ser percebidos no contexto do desenvolvimento rural sustentável e solidário, representando uma alternativa fundamental de vida para milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Atualmente, representam, para muitos municípios rurais um incremento na economia local devido ao volume de recursos aplicados nos projetos de assentamento. É pelo assentamento que muitas famílias começam a ter acesso às políticas públicas antes inacessíveis, como crédito, assistência técnica, educação do campo, habitação, etc. É também no assentamento que se potencializam as condições e oportunidades para a organização em associações, cooperativas, grupos de mulheres, jovens, etc.
88. Mas a conquista do assentamento é apenas um primeiro passo numa caminhada árdua e longa pela estruturação da área. A maior parte das ações executadas nos assentamentos é de responsabilidade do INCRA, que não dispõe de quadro de funcionários e nem de condições operacionais ou orçamentárias suficientes para tanto.
89. Com isso, a implantação das políticas, programas e créditos não se dão de acordo com um cronograma lógico e planejado dos investimentos e das ações para a viabilização econômica e social das famílias. Nos assentamentos onde há um grau maior de organização das famílias e a participação efetiva das organizações sindicais, tem sido possível conquistar maior agilidade nas ações do governo e melhorar a forma de aplicação dos recursos recebidos.
90. Dessa forma, além de um planejamento sócioprodutivo e econômico do assentamento, é fundamental assegurar políticas públicas que promovam o seu desenvolvimento sustentável e o das famílias envolvidas, assegurando ações que possibilitem: um tamanho adequado das áreas para garantir a sustentabilidade e a sucessão rural; estrutura e logística de produção com acesso aos mercados; formação técnico-gerencial; pesquisa, tecnologias, assistência técnica,

crédito para produção e comercialização; moradia e saneamento básico e acesso à educação e saúde integrais, dentre outras.

91. As realidades e demandas distintas de grupos e territórios e a busca de alternativas mais eficientes e sustentáveis, têm produzido um conjunto diversificado de formas de organização de projetos de assentamentos e entre as famílias assentadas. Assim, observam-se assentamentos onde as parcelas são individualizadas; com área totalmente coletiva; com área de produção coletiva e de moradia individualizada; com aplicação coletiva de créditos; com produção individualizada e comercialização coletiva; com produção agroecológica, etc. Além dos tradicionais Projetos de Assentamento-PA, existem outros como: Projeto de Assentamento Florestal-PAF; Projetos de Desenvolvimento Sustentável-PDS; Reservas Extrativistas-RESEX e Assentamentos Agroflorestais, dentre outros, que buscam, principalmente, encontrar alternativas de produção sustentável.
92. Neste ambiente diverso, existem assentamentos que convivem com dificuldades extremas para assegurar as oportunidades de produção, trabalho e geração de renda e para construir perspectivas de desenvolvimento. Outros, entretanto, produzem experiências muito positivas de organização social e produtiva, obtendo resultados na qualidade de vida, trabalho, produtividade e renda, que alcançam os índices médios da região onde se localizam.
93. O desafio está em transformar estas experiências positivas em realidade para todas as áreas. É preciso construir condições para que os projetos de assentamento tenham uma “porta de saída” da sua condição de demandante de políticas públicas especiais e se transformem em espaços potencializadores do fortalecimento da agricultura familiar. Para tanto, é preciso avançar na implantação de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, a partir de um compromisso firmado pela sociedade e estado.
94. Para o MSTTR, o desafio está em fortalecer suas ações no processo de organização dos assentamentos, compreendendo que eles são estratégicos para a consolidação do PADRSS, já que, eles são estratégicos para ampliar e fortalecer a agricultura familiar.

VI- AGRICULTURA FAMILIAR - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

95. A trajetória do MSTTR até os anos 90 foi marcada por lutas pela construção de políticas diferenciadas para os “pequenos produtores”. Estas lutas foram decisivas para fazer com que este ator político e econômico passasse a ser caracterizado como agricultor e agricultora familiar, respaldado por estudos e pesquisas que fortaleceram as condições de disputa por políticas públicas para este setor e pela construção de proposições de um desenvolvimento alternativo para o campo.
96. Avançando nestas proposições, o MSTTR construiu o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS, como modelo de desenvolvimento que não visa apenas buscar soluções para o meio rural, mas construir um conjunto de condições de mudanças positivas para toda a sociedade.
97. Entretanto, o processo de mobilização e pressão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para consolidar esta proposta alternativa de desenvolvimento, ainda não foi suficiente para alterar as estratégias e políticas destinadas para o campo que se mantém fortalecendo o modelo insustentável. A busca contínua pela expansão econômica e elevação da produtividade, atropela a implantação de um desenvolvimento que supere as desigualdades sociais e os

atuais padrões de consumo e de produção, num cenário mundial de escassez e limitação no uso dos recursos naturais.

98. Tem tomado corpo na sociedade, nos governos, no parlamento e na mídia um discurso que busca afirmar a existência de uma agricultura única no Brasil. Esta tentativa de caracterizar todos igualmente tem sido uma estratégia dos defensores da agricultura empresarial, visando igualar os modelos de produção familiar ao padrão patronal e, com isso, destruir o sujeito político caracterizado como agricultor e agricultora familiar e acabar com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e com as políticas diferenciadas. Esta estratégia visa ainda obter maiores vantagens no acesso às políticas e investimentos públicos e alcançar maior ampliação e representatividade política e sindical.
99. A idéia da agricultura única nega os processos heterogêneos que compõem a agricultura familiar em suas múltiplas formas e estratégias de se organizar, produzir e gerar renda, que se expressa na multifuncionalidade das propriedades familiares. As variadas formas de agricultura são representadas, dentre outras, pela produção agroecológica, orgânica, biodinâmica, além da convencional que é tida como aquela que adota padrão produtivo semelhante ao difundido pelo agronegócio.
100. Estas distintas formas de produção resultam em diferentes processos organizativos onde os atores estão envolvidos, como associações, cooperativas, sindicatos ou redes de produção, comercialização e assistência técnica. Estas organizações também consolidam outras formas de articulação entre elas, de acordo com as especificidades que adotam nos processos de produção e comercialização, a exemplo das redes de Economia Solidária e do Comércio Justo e das feiras.
101. Nos últimos anos, tem sido elaborado e implementado um conjunto expressivo de políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Isto se deu pelas fortes lutas e mobilizações do MSTTR que, inclusive, fizeram ampliar o reconhecimento político e social deste setor. Dentre as mais importantes políticas conquistadas estão o PRONAF; a Lei da Agricultura Familiar; o Programa Nacional de Habitação Rural; Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF); Garantia-Safra; Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que abriu um importante espaço no mercado institucional para a agricultura familiar.
102. Além disso, está em andamento a construção da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPMAF), bem como a adequação do Sistema de Vigilância Sanitária e a efetivação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária- SUASA, para garantir que a produção local da agricultura familiar possa ser comercializada no território nacional.
103. O reconhecimento de agricultores e agricultoras familiares e dos demais sujeitos políticos do campo possibilitou, também, conquistas em outras áreas, a exemplo das Diretrizes Operacionais de Educação do Campo; a titulação conjunta da terra para homens e mulheres e a política de previdência social para os segurados especiais.
104. Apesar dos avanços obtidos, do acréscimo no aporte de recursos e do significativo leque de políticas públicas canalizadas, o desenho destas políticas está focado especialmente na política agrícola e, majoritariamente, para o crédito produtivo reproduzindo o modelo convencional de produção agropecuária.

105. Isto não tem se traduzido numa mudança efetiva nas condições de vida e trabalho dos agricultores e agricultoras familiares, para além daqueles consolidados. A ênfase dada à política de crédito sem fortalecer outras como, assistência técnica, garantia de preços e comercialização, tem resultado em problemas crônicos a exemplo do endividamento, da inviabilização na renda agrícola e a insustentabilidade das unidades familiares. No atual modelo produtivo, a agricultura familiar tem se apresentado como transferidora de recursos públicos para grandes empresas do agronegócio e para o pagamento de serviços aos agentes financeiros.
106. A priorização dos setores consolidados na destinação das políticas, nega oportunidades aos mais pobres e reduz a possibilidade de erradicação da pobreza extrema no meio rural. Da mesma forma, limita a expansão e consolidação das outras formas de fazer agricultura e de gerar renda que, muitas vezes, se revelam mais sustentáveis e rentáveis do que o modelo convencional.
107. É preciso resolver, também, o impasse existente entre a disponibilização de recursos do crédito rural para a agricultura familiar e a capacidade de acesso ao mesmo, além da sustentabilidade dos projetos produtivos. Ao permanecer o atual cenário, torna-se inócua a tentativa de inserir novas famílias ao Pronaf, uma vez que dos cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares que existem no Brasil, apenas 1,4 milhão têm acesso regular ao crédito. Além disso, mais R\$20 bilhões que foram destinados ao PRONAF desde a sua implantação, deixaram de ser usados. Nesse universo destaca-se o baixo acesso às linhas especiais como, Pronaf Jovem, Pronaf Mulher, Pronaf Agroecologia.
108. A atual forma de organização da agricultura e a lógica das políticas aplicadas induzem a alterações significativas no campo, que refletem nas estratégias e organização dos sujeitos e de suas unidades produtivas familiares. Elementos como a permanência do êxodo rural, especialmente de mulheres jovens, o envelhecimento populacional e a demanda cada vez maior de utilização de mão-de-obra de terceiros, desafiam a reprodução social e produtiva da agricultura familiar e a representatividade institucional deste setor.
109. Outro fato a considerar refere-se às propriedades familiares vinculadas aos perímetros urbanos que estão impossibilitadas de terem acesso às políticas destinadas à produção. Estas propriedades foram absorvidas pela dinâmica do crescimento das cidades sobre as áreas rurais. No entanto, apesar de exercerem um papel significativo no abastecimento alimentar e no equilíbrio ambiental das cidades, elas são prejudicadas por não serem caracterizadas como unidades familiares rurais pelo sistema de crédito.

Sucessão na Agricultura Familiar

110. Há um enorme vácuo a ser preenchido nas definições de encaminhamentos e estratégias de reprodução social da agricultura familiar relacionados à sucessão nas propriedades familiares. Este tema também está vinculado diretamente aos processos de renovação de representantes políticos nas organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Sendo assim, a sucessão rural é um assunto a ser enfrentado como uma das prioridades estratégicas do MSTTR.
111. A saída dos e das jovens para as cidades torna-se um problema quando “esvazia” o campo e fragiliza a identidade e o modo de vida rural. A proximidade entre o rural e o urbano cada dia se torna maior e isso influencia nos valores e costumes no meio rural.

112. Para os/as jovens do campo, as oportunidades de trabalho e/ou de geração de renda são mais difíceis, pois a lógica da atividade agrícola tem estreita relação com o acesso a terra, com o tamanho das propriedades e com a indisponibilidade de políticas adequadas, sem o que, a juventude não pode produzir e gerar renda.
113. Já faz tempo que o padrão de sucessão por herança foi alterado, prevalecendo a repartição do patrimônio, onde todos recebem terra e capital igual, o que pode representar uma grande dificuldade quando o tamanho da propriedade for pequeno, o que resultará em inviabilidade para todos, em virtude do parcelamento das terras, transformando-as em lotes pequenos demais, incapazes de garantir a sobrevivência. A transmissão da propriedade, e sua continuidade, que passa pelos critérios de sucessão/herança, constitui um dos fatores que provocam a desestabilização da agricultura familiar e o afastamento dos/as jovens das atividades agrícolas.
114. Várias pesquisas mostram as insatisfações dos/as jovens com a atividade agrícola familiar onde se destacam: as limitações de ordem financeira das famílias, que em muitos casos não lhes permitem custear a compra sequer de roupas; a ausência de férias, de fins de semana livres e de horários regulares de trabalho; a atividade agrícola é considerada árdua e penosa e as dificuldades de acesso à escola (longas distâncias, falta de transporte ou precárias condições das estradas) também contribui para a saída da juventude para as cidades.
115. Em relação aos aspectos positivos, geralmente os/as jovens consideram a agricultura familiar como um fator de segurança em termos de moradia e alimentação, além de potencializar a construção de projetos de desenvolvimento da unidade de produção com possibilidades de acesso a melhores níveis de renda e qualidade de vida.
116. Alguns problemas na agricultura familiar motivam, fortemente, as jovens mulheres a sair, como: a condição de subalternidade da mulher nas relações familiares; a desvalorização das atividades que desempenham na agricultura familiar; a indivisibilidade do trabalho doméstico, ou seja, o fato do homem não ajudar nas tarefas domésticas e o pouco espaço destinado a elas na atividade agrícola comercial, na qual atuam apenas como auxiliares.
117. Para muitas jovens, a primeira forma de saída do campo se deve à busca de níveis mais elevados de escolaridade, em geral não disponíveis no meio rural. As pesquisas mostram que as jovens investem mais na educação escolar que os rapazes e isso ocorre pelo desejo de saírem da agricultura familiar e tentarem construir uma alternativa profissional independente da atividade agrícola. Outra forma encontrada por muitas jovens de saírem da atividade agrícola é se casando.
118. Não podemos considerar como natural o esvaziamento econômico, social, político e cultural do campo brasileiro, sob pena de levar o modo de vida rural e, em especial a agricultura familiar à falência. A constante saída da juventude rural se constitui em um grande problema para o movimento sindical, para os governos e para a sociedade em geral.
119. Nesse aspecto, o MSTTR deve se debruçar sobre a questão do tamanho das propriedades familiares, dos assentamentos da Reforma Agrária e do Crédito Fundiário, assegurando que estas tenham uma dimensão que responda pela sucessão de gerações sucessivas, sem que as famílias tenham que sobreviver cada vez mais em menor parcela de terra, inviabilizando sua sustentabilidade, em especial, a financeira e ambiental.

Organização da Produção e Sustentabilidade Socioambiental

120. Os modos atuais de ocupação agrária e produção agrícola e a sua relação com o meio ambiente há muito dão sinais de exaustão. Esta realidade, apesar de trazer maiores desafios para a agricultura familiar, pode se transformar em um elemento potencializador, se este segmento conseguir estabelecer um modo diferenciado e sustentável de produção. O reconhecimento da multifuncionalidade e a viabilização de sistemas sustentáveis de produção familiar podem se constituir em uma alternativa para garantir a manutenção e a preservação ambiental e dos valores sociais e culturais da população rural, além de assegurar formas eficientes de inclusão produtiva e geração de renda.
121. Para isto, é preciso romper com a indiferença com que o tema ambiental é tratado atualmente por parte dos agricultores e agricultoras familiares e suas representações. É importante que esta temática seja compreendida e incorporada, definitivamente, pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais e o conjunto de suas organizações, deixando de ser dominada, predominantemente, por especialistas como é atualmente.
122. Ao mesmo tempo em que há uma demanda permanente pela produção de alimentos no mundo, existe uma limitação na expansão das áreas agricultáveis. As tendências indicam que até o ano de 2050 será necessária dobrar a atual capacidade de produção de alimentos, com o agravante de que as práticas do atual modelo produtivo não são compatíveis com as limitações no uso de água, insumos e energia - bens naturais esgotáveis. Como exemplo, os EUA, a Europa, China e Austrália, que são grandes produtores e demandantes de alimentos, já não dispõem de espaços para ampliação das áreas agricultáveis.
123. Esta realidade apresenta perspectivas reais de crescimento dos negócios na agropecuária, mas desafia o setor a alterar radicalmente o seu atual sistema de produção, exigindo a adoção de tecnologias limpas que combinem equilíbrio ambiental e renda sustentáveis.
124. Nesse aspecto, o processo organizativo da produção agropecuária demanda cada vez mais conhecimento e capacidade de interação entre produção e consumo, especialmente para garantir a indicação de origem e destino dos produtos. Isto exige que o planejamento da produção agropecuária vá além da pesquisa, extensão e mercado unilateral, devendo envolver os setores organizados da sociedade, especialmente os consumidores, integrando as cadeias de produção e consumo.
125. Neste contexto é importante aprofundar um diálogo positivo com a sociedade, revelando o papel dos agricultores e agricultoras familiares como produtores de alimentos e capazes de promover uma agricultura sustentável.
126. É necessário criar, aprimorar e fortalecer arranjos institucionais e políticas públicas que promovam o avanço na implementação de práticas agroecológicas e das demais formas produtivas sustentáveis, de pesquisa, assistência técnica, seguro, tributação e comercialização diferenciada. A priorização destas políticas são essenciais ao processo de reconversão produtiva da agricultura familiar.
127. Um dos elementos importantes para a implantação do desenvolvimento rural sustentável é a viabilização do pagamento por serviços ambientais para a agricultura familiar pela preservação e conservação do meio ambiente nas suas áreas. O serviço ambiental deve ser compreendido como um investimento de governos e da sociedade nas pessoas que se dispõem

a ser guardiões da natureza. Esta opção, além de assegurar mais condições de conservação ambiental, permite ampliar o portfólio de rendas da unidade familiar, combinando rendas das atividades ambientais, agrícolas e não agrícolas, potencializando outras dimensões econômicas do espaço rural, a exemplo do turismo rural.

128. A discussão da temática ambiental destaca a urgência de atualização e implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS, afirmando o papel da agricultura familiar como sistema mais adequado de convivência entre a natureza e o ser humano. O contexto atual exige que o PADRSS seja efetivamente o norteador da prática sindical, representando mais do que um conjunto de propostas, devendo também, orientar as ações cotidianas dos agricultores e agriculturas familiares.
129. O MSTTR tem o desafio de promover ações que envolvam os agricultores e agricultoras familiares que vivem em situação de pobreza e sem acesso às políticas públicas, sem deixar de continuar atuando em favor daqueles que estão inseridos nos processos de produção e obtendo renda.
130. Outro desafio está em ampliar relações contratuais onde os agricultores e agricultoras obtenham renda decorrente de processos sustentáveis e que levem à ampliação da qualidade de vida no campo. Neste sentido, é fundamental apoiar e fortalecer as redes sociais voltadas ao consumo responsável e ao comércio justo.
131. O MSTTR precisa tratar o tema da produção sustentável como uma questão estratégica, lutando para que as políticas sejam, prioritariamente, voltadas para a produção agroecológica e para outras formas sustentáveis, que tenham uma matriz tecnológica asseguradora da produção de alimentos saudáveis, da relação positiva com a natureza e da garantia de renda e de qualidade de vida no campo e na floresta.

VII- SINDICALISMO

132. As entidades do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR têm alcançado, por meio da sua organização, importantes conquistas para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. A realização de ações de massa de caráter nacional como o Grito da Terra Brasil, a Marcha das Margaridas e o Festival da Juventude, que são realizados em Brasília, nas regiões, estados e municípios, além de outras, explicitam a capacidade de mobilização, pressão, reivindicação, elaboração e negociação do MSTTR, como legítimo representante das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.
133. Esta capacidade de atuação do MSTTR só é possível em virtude do compromisso que a maioria das lideranças tem com a categoria e com as suas lutas. No entanto, isto não tem sido suficiente para envolver a maioria da categoria e boa parte das entidades que compõem o sistema, fragilizando a ação político sindical do MSTTR.
134. Atualmente, existem lideranças que se mantêm praticamente ausentes da ação político sindical. Estes dirigentes desconsideram as deliberações das instâncias, especialmente dos congressos e conselhos, e não desempenham qualquer atuação na realidade cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras ou respondem pelas suas demandas. No entanto, seguem se beneficiando politicamente das conquistas obtidas e da estrutura sindical, causando graves prejuízos para a categoria, inclusive de ordem jurídica.

135. Outro tema a ser abordado, refere-se às lideranças que permanecem vinculadas ao sistema Contag, apesar de terem se filiado a outras entidades sindicais. No entanto, estas lideranças permanecem participando dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, muitas vezes, pelo interesse em manter a contribuição financeira deste público sem que isto seja objeto de questionamento.
136. Grande parte das lideranças sindicais tem expressado preocupação sobre estes problemas e provocado discussões abertas e democráticas que buscam caminhos e soluções para formar e renovar as direções e fortalecer o MSTTR.

A Organicidade do MSTTR

137. O Sistema Contag tem uma estrutura verticalizada, composta por Sindicatos, Federações e a Confederação, além das regionais da Contag e das Fetags, os pólos e as delegacias de base. Para responder pela organicidade do MSTTR, as entidades que compõem esta estrutura devem atuar de forma articulada, respeitando os princípios e cumprindo as obrigações comuns, deliberados pelas instâncias.
138. Há um conjunto de princípios que são imprescindíveis para garantir a representatividade e a legitimidade das entidades sindicais e do sistema Contag junto à base. Dentre estes, destacam-se: o respeito à democracia interna; respeito à diversidade das pessoas; equidade; igualdade de gênero, geração, raça e etnia; prestação anual de contas; transparência; ética e outros.
139. A adoção de modelos de estatutos que estabeleçam princípios comuns e promovam a integração entre as diversas entidades é um instrumento importante para efetivar a organicidade do MSTTR. A partir do estabelecimento e cumprimento dos estatutos é possível construir processos que consolidem ações articuladas e dêem o sentido de unidade ao sistema, fortalecendo a organização e a representação política do MSTTR.
140. Há necessidade de adequar as estruturas internas relativas à formação das diretorias em secretarias específicas. A lógica da organização por área é positiva para dar conta das especificidades, mas, esta prática tem levado a uma fragmentação da ação político sindical na condução dos temas. É importante assegurar a interface entre as diferentes áreas e entre as ações da CONTAG, FETAGs e STTRs, consolidando o sistema Contag. Esta prática demandará decisões essencialmente políticas, já que não se resolve apenas com alterações estatutárias.
141. Atualmente, a maioria dos sindicatos tem sua base de representação no âmbito do município. É importante aprofundar o debate se esta forma de organização continuará sendo a mais eficiente para assegurar a representatividade da base, em função de elementos como: saída de pessoas do campo; número reduzido de associados; alterações no processo da organização sindical que poderá potencializar entidades com base territorial para além do município.
142. O 10º CNTTR reafirmou a necessidade de regularização de todas as entidades do sistema Contag junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. A falta do registro sindical impede a representação da base nos espaços institucionais. Com isso, ficam impedidas ações como a homologação de convenções e acordos coletivos de trabalho e poderá inviabilizar a expedição de Declaração de Aptidão - DAP e o fornecimento de declaração da atividade rural para efeitos previdenciários pelas entidades não regularizadas.
143. A construção do PADRSS e as mudanças verificadas na conjuntura política e econômica

demandam cada vez mais qualidade na intervenção política do MSTTR, com a realização de ações articuladas e o fortalecimento da organicidade. Para tanto, é importante ampliar e aprofundar os espaços de participação, discussão e deliberação para envolver as direções das entidades em todas as instâncias e o conjunto da base e assegurar maior compromisso, respeito e cumprimento às decisões e deliberações tomadas coletivamente.

As Cotas de Participação de Mulheres e Jovens

144. O combate a todas as formas de discriminação, a inclusão social e o direito à igualdade de participação de todos os segmentos que compõem a categoria trabalhadora rural no MSTTR, é essencial para assegurar a ampliação da democracia e a sua representatividade.
145. Os Congressos Nacionais dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais tem deliberado e reafirmado sobre o cumprimento das cotas de participação nos cargos de direção, nas instâncias de deliberação e nas atividades formativas, como um mecanismo essencial para ampliar a participação e fortalecer a democracia interna.
146. A política de cotas adotada pelo MSTTR define o mínimo de 30 % de mulheres nos cargos de direção em todas as instâncias, bem como nos espaços de deliberação política, e de 50% nas atividades de formação. Para os jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais, a cota estabelecida é de, no mínimo, 20% nos cargos de direção e nas instâncias de deliberação. Neste sentido, o cumprimento da faixa etária de 16 a 32 anos dos e das jovens que compõem as direções será observada no momento do registro das candidaturas e terá validade por todo o mandato.
147. É preciso assegurar avanços concretos na implementação definitiva das cotas, o que demanda continuar trabalhando o convencimento das lideranças e das bases para superar as resistências ainda existentes.
148. Apesar de não haver o estabelecimento de cotas para a 3ª idade, há uma reafirmação política do MSTTR sobre a necessidade de continuar assegurando a participação deste segmento em todos os espaços de deliberação e nos cargos de direção das entidades, reconhecendo o papel destes sujeitos na construção e sustentabilidade do MSTTR.

As Comissões Nacional e Estaduais de Ética

149. O 10º CNTTR deliberou sobre a necessidade de construir instrumentos que permitam a intervenção da CONTAG e das FETAGs nos casos em que os dirigentes das entidades não respeitem princípios, ajam de forma antiética ou lesem os interesses sindicais e da categoria no exercício de sua função. O CNTTR recomendou, também, que esta intervenção seja feita de forma organizada e de modo a não gerar injustiças ou perseguições políticas.
150. A partir da deliberação congressual foram instaladas Comissões de Ética na Contag e em algumas Federações. No entanto, estas têm atuado pontualmente, apenas sobre denúncias apresentadas, já que a forma como estão instituídas não lhes permite ser um instrumento permanente de monitoramento das situações que contrariem a ética, os princípios e as deliberações do movimento.
151. Assim, é preciso rever os objetivos e os critérios de funcionamento das comissões, para que

estas se tornem, efetivamente, um instrumento permanente e sistêmico, eficiente, eficaz e ágil no cumprimento de sua função. Da mesma forma, é fundamental garantir a instalação das comissões em todas as instâncias do MSTTR.

Entidades Diferenciadas

152. Nos últimos tempos, vem ocorrendo a criação de entidades sindicais diferenciadas de agricultores familiares, de assalariados rurais e de pescadores artesanais na base do MSTTR. Este processo tem se dado de maneira conflituosa, principalmente nos casos da criação de entidades específicas de agricultores familiares. Isto indica a possibilidade de transformações na forma atual de organização e representação da categoria trabalhadora rural, o que reflete profundamente na estrutura do MSTTR que sempre teve a hegemonia na representação.
153. Esta realidade é reforçada pela interpretação dada pelo Judiciário à Constituição Federal de 1988, que trouxe uma contradição significativa em seu artigo 8º. Este artigo, ao mesmo tempo em que estabelece a liberdade e a autonomia sindical como princípio geral, também prevê a unicidade sindical. Isto relativiza a liberdade sindical plena, uma vez que o instituto da unicidade sindical somente pode existir em um sistema onde haja o controle do Estado sobre as entidades, conferindo-lhes, ou não, a qualidade de entidades sindicais, como é feito atualmente.
154. Esta tensão tem provocado decisões contraditórias por parte do judiciário, em especial dos tribunais superiores que valorizam a liberdade sindical como princípio maior, aceitando a possibilidade da criação de entidades diferenciadas na área rural como sendo um desmembramento da categoria mais específica. Ou seja, o princípio da liberdade sindical vem favorecendo a criação de entidades de segmentos mais específicos como agricultores familiares, assalariados, etc e, com isso, prejudicando as entidades do sistema Contag que se pautam pela representação ampla da categoria trabalhadora rural.
155. Este quadro às vezes se agrava com algumas atitudes tomadas pelo governo, especialmente, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que por conveniência política tem estimulado a criação de entidades diferenciadas, reconhecendo-as como entidade sindical.
156. Atualmente o MSTTR tem pautado este debate, principalmente, no âmbito jurídico. No entanto, a forma como vem se dando os desdobramentos da situação, revelam a necessidade de ampliar estas ações, definindo uma estratégia ampla e duradoura para enfrentar estas questões.
157. Dessa forma, a mera discussão entre unicidade x pluralidade, que historicamente o MSTTR vem fazendo, não resolverá a situação. É urgente realizar uma discussão mais ampla e aprofundada sobre as razões do surgimento de entidades diferenciadas e de como adequar a estrutura sindical do sistema Contag à nova realidade. Da mesma forma, é fundamental fortalecer a ação sindical na base e a organicidade do movimento, para assegurar continuidade das lutas do MSTTR em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.
158. Outro elemento interno ao MSTTR, que precisa ser urgentemente avaliado e resolvido, diz respeito à relação entre assalariados rurais e a agricultores familiares que estão presentes na mesma estrutura sindical. Especialmente porque uma das consequências das transformações que vem ocorrendo no campo é a intensificação de contratação de mão de obra assalariada pela agricultura familiar, mesmo que seja em caráter temporário.

159. As diferenças e antagonismos entre agricultores familiares e assalariados rurais, decorrentes de interesses específicos, principalmente relacionados aos direitos trabalhistas e previdenciários, evidenciam problemas que precisam ser resolvidos pelo MSTTR. Esta solução precisa se dar de modo a respeitar os direitos de ambos e de fortalecer a unidade da categoria.
160. O enfrentamento destas questões exige do MSTTR o debate amplo, aberto e democrático dos fatos, reconhecendo que estes não são apenas possibilidades, mas sim, realidades. Estas reflexões precisam, necessariamente, contemplar as seguintes questões:
- a) Qual a maneira mais adequada para que o MSTTR enfrente esta realidade, social, política e jurídica, buscando o meio mais eficiente para a representação dos interesses dos agricultores familiares e dos assalariados rurais?
 - b) Como fortalecer a ação sindical para assegurar a representatividade das entidades sindicais?
 - c) Que critérios devem ser estabelecidos para que uma entidade seja considerada realmente representativa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo?
 - d) Como o MSTTR deve se relacionar com outros segmentos que podem vir a integrar a base sindical da Contag, com exemplo de pescadores artesanais, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, etc.?
 - e) Como dar continuidade às ações, especialmente as mobilizações, que visem evitar democraticamente a criação de entidades calcadas no interesse exclusivamente dos seus dirigentes sem qualquer interesse na defesa da categoria?

As Centrais Sindicais

161. A partir do 10º CNTTR a maioria das entidades do MSTTR vem se relacionando politicamente com duas centrais sindicais: a CUT e a CTB. Diretores e diretoras da CONTAG, FETAGs e dos Sindicatos participam das centrais, inclusive de suas Diretorias facilitando o diálogo e as articulações. A partir desta deliberação, a Contag tem orientado à entidades da sua base a não se filiarem a outras centrais.
162. É preciso aprofundar estas relações, para que as centrais desempenhem um papel mais efetivo na construção do PADRSS e a sua articulação com um projeto político de sociedade, fortalecendo a organização sindical e a inserção do MSTTR nas lutas da classe trabalhadora brasileira. É preciso destacar que a melhoria na relação entre a Contag e as Centrais está dependendo de uma ação efetiva da Contag, potencializando o aprofundamento do debate sobre questões estratégicas para a classe trabalhadora e para o MSTTR.
163. É necessário, também, avaliar quais são os papéis e as relações atualmente estabelecidas pelas centrais sindicais, especialmente em relação a: formação de estruturas organizativas não pautadas em projetos políticos diferenciados, mas como uma mera forma de ocupação de espaço institucional; nas suas relações com os governos; na reforma sindical brasileira e sobre o posicionamento do Ministério do Trabalho e Emprego em relação ao reconhecimento de entidades diferenciadas.

A Sustentabilidade Político Financeira do MSTTR

164. A sustentabilidade político financeira do MSTTR pressupõe a capacidade de articular as ações políticas com a gestão administrativa e financeira das entidades, permitindo a efetiva realização das ações em defesa da categoria e a ampliação da representatividade sindical, com garantia da autonomia sindical. A autonomia das entidades depende de uma sustentação financeira que seja pautada pela contribuição da categoria, especialmente a contribuição social.
165. A sustentabilidade depende também, da transparência nos mecanismos de arrecadação e uso dos recursos; das formas participativas de elaboração dos orçamentos; da definição de critérios sobre a utilização dos recursos próprios no custeio de ações de todas as áreas de atuação do MSTTR, independentemente daqueles oriundos de convênios e projetos.
166. Um dos problemas da sustentabilidade é a falta de compromisso de grande parte das lideranças em atuar na ampliação das filiações de trabalhadores e trabalhadoras aos sindicatos, fortalecendo a organização e garantindo elevação da arrecadação.
167. É fundamental cumprir as deliberações do 10º CNTTR relativas à implementação do recolhimento das contribuições e a sua distribuição entre as entidades que compõem o sistema confederativo. Neste sentido, merece destaque a concretização do Fundo Solidário que objetiva financiar as atividades formativas realizadas pela Escola Nacional de Formação da Contag - ENFOC e que necessita de efetivo cumprimento pelas entidades do sistema Contag.
168. O 10º CNTTR deliberou, também, que o MSTTR deve criar um fundo para realizar ações específicas para a 3ª idade e pessoas idosas, mediante o desconto de 2% dos valores da contribuição social dos aposentados e pensionistas. É importante aprofundar este debate, já que a criação deste fundo depende de decisão dos Conselhos Deliberativos das FETAGs.
169. Outro público importante para a sustentabilidade financeira do MSTTR são os assalariados e assalariadas rurais. Estes contribuem de várias formas com as entidades, a exemplo das contribuições sindical e assistencial, além da mensalidade social.
170. O convênio da Contag com o INSS, que permite o desconto das contribuições de aposentados e aposentadas, é importante para a sustentação financeira da maioria das entidades do MSTTR. Este convênio permitiu, também, a criação de um banco de dados com informações essenciais à gestão administrativa e financeira das entidades do MSTTR. Algumas debilidades no cumprimento do convênio fizeram com que o Ministério Público cobrasse maior rigor na gestão e execução do mesmo.
171. Neste sentido, é importante manter o cumprimento das recomendações da Contag em relação ao convênio. Além disso, é preciso ampliar e dar maior visibilidade às ações sindicais voltadas para a 3ª idade e pessoas idosas, principalmente aposentados e aposentadas e pensionistas.

VIII- ASSALARIAMENTO RURAL

172. O fortalecimento do agronegócio tem provocado grandes transformações no processo produtivo e no mundo do trabalho no campo brasileiro. A disponibilidade de terras agricultáveis, aliado ao potencial hídrico e às condições climáticas, possibilita a produção agrícola durante o

ano todo, o que faz do país um dos principais “celeiros do mundo”.

173. A mecanização, as novas tecnologias e programas modernos de gestão implicam na permanente redução de postos de trabalho, diminuindo o contingente de trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais. Além do mais, há uma crescente transformação nas grandes empresas com a organização por ramos, o que cria estruturas empresariais cada vez mais complexas e concentradoras.
174. As novas técnicas organizacionais da produção e da mecanização exigem, cada vez mais, intensidade no ritmo do trabalho e na produtividade, numa tentativa desumana de fazer com que os trabalhadores concorram com as máquinas. Este processo exige um esforço físico desproporcional, especialmente porque as empresas selecionam aqueles que demonstram maior capacidade e habilidade para o trabalho. O esforço desmedido provoca o surgimento de doenças e a exaustão física. Além disso, a exposição aos agrotóxicos, muitos deles com a comercialização proibida, afeta profundamente a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.
175. Os assalariados e assalariadas rurais exercem, principalmente, atividades de curta duração ou de natureza sazonal e para vários empregadores num curto espaço de tempo. As relações de trabalho no setor rural são marcadas por diferenças entre os períodos de safra e entressafra nos estados e por variações nas condições de trabalho, migrações, remuneração, alimentação, alojamento e formas de organização dos empregadores, dentre outras.
176. Um grande problema nas relações de trabalho no campo é a informalidade, atingindo mais de 2,9 milhões de pessoas (66% do total de 4,7 milhões de assalariados rurais). São trabalhadores e trabalhadoras que não têm carteira de trabalho assinada, estão fora do sistema previdenciário e sem a devida proteção de direitos trabalhistas.
177. Esta informalidade se estende para as regiões de fronteira do Brasil com os países do MERCOSUL. Tem aumentado, também, a migração irregular entre os países e o trabalho ilegal em plantios e colheitas, que na maioria das vezes, ocorre sem qualquer cobertura social e em condições análogas ao trabalho escravo. Esta situação se agrava com a intensificação da terceirização, a criação de falsas cooperativas de trabalho e, bem como, com a falta de fiscalização no campo. Neste sentido é importante ampliar as articulações entre os países, constituindo e fortalecendo espaços institucionais que regulem as relações de trabalho e proteção social.
178. Apenas 34% dos assalariados (as) rurais estão na formalidade. Esses trabalhadores (as) rurais têm garantidos seus direitos trabalhistas e previdenciários, além de contribuir para a sustentabilidade política e financeira do MSTTR. O desafio é assegurar que todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais estejam com as relações de trabalho regularizadas mediante vínculo de emprego.
179. Existe também, um contingente expressivo de assalariados e assalariadas rurais trabalhando na agricultura familiar, número que deverá aumentar nos próximos anos em razão da tendência de redução da mão-de-obra familiar, envelhecimento no campo e pela intensificação da produção e da produtividade.
180. As transformações e peculiaridades no mundo do trabalho rural dificultam os processos de negociação coletiva especialmente quando se trata da produção de uma mesma cultura em

regiões diferentes. Isto exige ampliar e fortalecer os processos de negociações coletivas de trabalho por região, por cultura e por ramo de atividade e avançar na construção de um piso nacional e de cláusulas reguladoras das atividades em todo o território nacional.

181. É preciso que o Estado estabeleça regulação para os grandes empreendimentos no campo, especialmente quando há produção para exportação e nos casos onde não existam acordos ou convenções coletivas exigindo o cumprimento de boas práticas trabalhistas e modos de produção sustentáveis. Além disso, é preciso melhorar os salários da categoria, visto que hoje os pisos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil são praticamente o valor do salário mínimo nacional.
182. É fundamental também, construir e implementar políticas públicas específicas para os assalariados e assalariadas rurais, dado às condições de vida e trabalho e as peculiaridades deste segmento. Além disso, é preciso adequar as políticas públicas existentes para que elas atendam às demandas específicas e cheguem a este público. Atualmente as principais políticas públicas demandadas pelos assalariados e assalariadas rurais são: o acesso a terra pela reforma agrária, educação, saúde, habitação e qualificação profissional como política de reinserção produtiva.
183. É imprescindível ter a compreensão de que 88% dos assalariados e assalariadas rurais residem nas periferias das cidades, o que exige uma compreensão mais ampla do que é o mundo rural na formulação das políticas, pela vinculação destes trabalhadores e trabalhadoras como o meio urbano. Dessa forma, é preciso considerar o local onde vivem como ponto de partida para a construção de políticas públicas e da ação sindical.
184. O grande desafio do MSTTR é enfrentar os novos formatos das relações de trabalho no campo e repensar a ação sindical que garanta a representação e a representatividade dos assalariados e assalariadas rurais. É necessária uma maior aproximação entre os assalariados rurais e o MSTTR permitindo que, efetivamente, os seus interesses e reivindicações estejam contemplados nas ações do movimento sindical.
185. Neste contexto, é imprescindível que o MSTTR fortaleça a luta pela ampliação e garantia de direitos trabalhistas e previdenciários; erradicação do trabalho escravo; combate à informalidade e ao desemprego; saúde e segurança no trabalho; cumprimento dos acordos e convenções coletivas, dentre outras garantias essenciais.
186. A ação sindical deve considerar que estes sujeitos são importantes na construção do desenvolvimento rural sustentável, rompendo com a invisibilidade deles no estabelecimento de políticas e ações e reconhecendo que o assalariamento pode também produzir uma visão positiva do campo, como espaço de qualidade de vida e trabalho para estas pessoas.

IX- POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas Públicas e os Sujeitos no Campo

187. Historicamente, as políticas públicas voltadas para o campo foram elaboradas e implantadas a partir da visão homogênea da população e da realidade do país, herança do modelo federativo adotado no Brasil, caracterizado pelo monopólio do poder e por um projeto desenvolvimentista nacional que orientava toda ação pública com um formato único, sem

considerar as diversidades locais. As políticas públicas para o campo foram criadas como sendo uma extensão do setor urbano.

188. A forte influência das atividades urbanas que repercutiram na formulação das políticas aplicadas no meio rural e o expressivo incremento das atividades industriais na agricultura, fazem com que este espaço sofra expressivas transformações, traduzidas como “urbanização do campo”.
189. Nas três esferas do poder público (Federal, Estadual e Municipal), as políticas foram e ainda são, em boa parte, construídas e executadas sem considerar as reais demandas da população do campo. Além disso, existem várias políticas que, apesar de serem constituídas e financiadas pelo governo Federal, são executadas por Estados e, principalmente, por Municípios. A ausência de articulação entre estas políticas nos três níveis de governo tem dificultado um maior acesso na ponta, afetando diretamente os trabalhadores e trabalhadoras rurais.
190. Apesar das permanentes tentativas de anulação das especificidades do campo, reforçadas pelo discurso de uma única agricultura e da marginalização da reforma agrária, existe uma luta permanente pela valorização do espaço rural como local de produção de conhecimento, cultura, desenvolvimento e de afirmação do modo de vida.
191. Estas lutas têm sido fundamentais para a construção e afirmação da identidade dos diversos sujeitos políticos que ali habitam e potencializam a sua participação nos processos decisórios das políticas públicas de um modo geral. Estes sujeitos, a partir de práticas vivenciadas e compartilhadas, vêm construindo identidades próprias e lutas sociais coletivas que dão suporte a seus projetos políticos e incorporam novas concepções do espaço rural, se propondo a construir e consolidar um novo padrão de desenvolvimento que seja sustentável.
192. A exigência de um novo olhar sobre o campo brasileiro procura pautar e redefinir as políticas públicas de modo que se reconheça a dinâmica populacional, política, econômica, social, cultural e ambiental do espaço rural. Isso demanda novas estratégias de ações políticas do MSTTR, para que os entes federados (União, Estados e Municípios) percebam e invistam no campo como forma não só para beneficiar a população rural, mas, também como um espaço de desenvolvimento sustentável, amenizando assim a grande pressão social sobre os centros urbanos.
193. A experiência de tratar as políticas públicas com enfoque na territorialidade atendeu a uma antiga demanda dos movimentos sociais. No entanto, esta política ainda não recebeu um tratamento prioritário por parte dos governos, o que deixa suas ações ainda bastante fragilizadas para cumprir os objetivos a que se propõe. Mesmo assim, tem permitido avançar na estratégia de implantação de ações integradas e articuladas nos municípios.
194. Entretanto, o fortalecimento destas políticas depende, não apenas da melhoria na ação dos governos, mas, também da qualificação da ação sindical de modo a assegurar uma maior inserção dos trabalhadores e trabalhadoras rurais nos espaços de elaboração e gestão de políticas públicas territoriais rurais.

Políticas Públicas e a Ação Político Sindical do MSTTR

195. Apesar do tema das políticas públicas permear, historicamente, o debate e a ação do MSTTR, a efetividade delas na área rural ainda é uma questão desafiadora. É inegável o papel que as

políticas públicas exercem para impulsionar a melhoria das condições de vida da população rural e potencializar um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário.

196. As políticas públicas são conseqüências de processos de disputas e da correlação de forças presentes na sociedade, onde os interesses definem as formas e diretrizes das políticas e pautam a atuação e intervenção do poder público.
197. Há um conjunto de políticas públicas que são estruturantes para que o PADRSS se efetive, tais como: acesso à terra, assistência técnica, crédito, trabalho digno, previdência e assistência social, educação, saúde, moradia, lazer, transporte, segurança e soberania alimentar, política ambiental, formação e qualificação profissional, políticas de proteção infanto-juvenil, políticas para mulheres, jovens e 3ª idade, infraestrutura social e produtiva, etc. Estas devem estar integradas e articuladas considerando a realidade do campo e as necessidades dos sujeitos.
198. São políticas que surgem, principalmente, das demandas dos próprios trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio das ações e mobilizações sindicais. Algumas destas políticas já implantadas no campo, vêm produzindo melhorias significativas no padrão socioeconômico da população como: Previdência Social; acesso a créditos; Luz para Todos; Bolsa Família; Habitação Rural; Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, dentre outras. Além destas, outras estão chegando ao campo ainda de forma tímida, mas com um potencial de ampliar estas melhorias como: Programa Saúde da Família; acesso a água e saneamento, inclusão digital, etc. Outras ainda estão por serem construídas para responder por demandas ainda não atendidas
199. Todavia, a maior efetividade destas políticas depende de um conjunto de fatores relacionados à economia, às articulações sociais e, em especial, à capacidade de atuação, mobilização e intervenção política do MSTTR e de outras organizações sociais, que precisam atuar de forma articulada para ampliar a capacidade de obter êxito em suas demandas.
200. Outro aspecto relevante é o custeio das políticas públicas, o que demanda fortalecer a ação sindical para atuar diretamente sobre as questões orçamentárias, em nível nacional, estadual e municipal. É pela discussão e aprovação dos instrumentos orçamentários que se define a alocação de recursos e a lógica dos gastos públicos. Depois do orçamento público aprovado, torna-se mais difícil alocar novos recursos para a implementação das políticas. Entretanto, ainda é incipiente a real capacidade do MSTTR para intervir na discussão e na disputa pelo orçamento público.
201. Da mesma forma, é também importante para o MSTTR aprofundar o debate sobre a questão tributária. Há uma demanda pelo estabelecimento de um regime de tributação justo e solidário, com critérios que garantam a aplicação eficiente dos impostos arrecadados. Atualmente, há contradições profundas nas regras tributárias, como exemplo da não tributação de grandes fortunas e latifúndios por um lado e da tributação de produtos alimentícios, por outro.

Políticas Públicas e sua Importância no Fortalecimento da Ação e da Representação Sindical

202. Embora caiba ao Estado a principal tarefa de implementar políticas públicas, o MSTTR também tem responsabilidades neste processo, precisando fortalecer sua participação como ator político que interfere na formulação e no controle social. Esta participação é estratégica para que as políticas sejam mais eficazes e, também, para o fortalecimento da ação e da representação sindical.

203. A atuação do MSTTR na elaboração e na garantia de efetivação de políticas públicas para a população do campo exige um processo permanente de formação política e técnica de dirigentes, lideranças, assessorias, educadores e conselheiros do MSTTR, visando o fortalecimento da atuação nos espaços de concepção e de gestão das políticas.
204. Tem exigido, também, uma maior capacidade institucional para construir metodologias participativas, mecanismos e instrumentos que favoreçam avaliar a prática sindical, motivar um maior engajamento das lideranças na construção de propostas de políticas públicas e disseminar informações que orientem a intervenção de forma permanente e continuada em todos os espaços institucionais.
205. A participação sindical nos processos de elaboração e gestão das políticas tem permitido elevar o grau de consciência e uma ação mais qualificada de várias lideranças, além de mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras rurais que vêem o MSTTR como o principal interlocutor entre as suas necessidades e o poder público.
206. Contudo, a garantia da legitimidade de representação do MSTTR pela sua atuação no âmbito das políticas públicas, exige repensar a ação sindical, sobretudo no sentido de construir ações que assegurem a efetivação de políticas estruturantes que ainda não foram implementadas, ou nem mesmo assimiladas pelos gestores públicos e pela própria população do campo.
207. É importante fortalecer o debate sobre a necessidade de redirecionar a aplicação das políticas públicas para reverter o quadro histórico de migração da população rural para os centros urbanos. Isto pode ser contemplado, por exemplo, com uma estratégia de repovoamento do espaço rural brasileiro, permitindo a implantação das políticas de forma integrada e articulada em aglomerados, pequenas vilas ou comunidades, assentamentos, facilitando o acesso dos beneficiários.

Políticas Públicas: Papel do Estado, Participação e Controle Social

208. A Constituição de 1988 expressou uma importante mudança de paradigma na forma de fazer a gestão pública, aprovando a descentralização política, financeira e administrativa na elaboração, financiamento e execução das políticas públicas.
209. A importância da descentralização está no fato de que é possível alcançar maior eficiência e eficácia do gasto público, já que aproxima os problemas da população com o gestor público, aumenta a interação no nível local em relação aos recursos públicos para o financiamento, o controle e a gestão das políticas públicas. Este processo fortalece as estruturas político-administrativas locais a efetivarem a formulação e execução das políticas.
210. O processo de descentralização vem sendo normatizado com a definição de competências e atribuições para cada nível de governo (federal, estadual, territorial e municipal), e o estabelecimento das formas de arrecadação, redistribuição e aplicação dos recursos públicos. Exemplo disso é a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, dos recursos dos Fundos de Saúde, Assistência Social, Educação e da alimentação escolar etc. No entanto, não há ainda uma distribuição dos recursos tributados e arrecadados para a execução das políticas descentralizadas na mesma proporção das responsabilidades atribuídas a cada ente federado.
211. A descentralização é importante, mas ainda não vem se mostrando eficiente para responder aos problemas da gestão pública, principalmente no âmbito municipal. Isto porque, há uma

centralização do poder de decisão nas mãos de prefeitos (prefeiturização), pouca transparência no uso dos recursos públicos e insuficiência de recursos humanos e de equipamentos sociais para atender às demandas da população. Além do mais, existe pouco estímulo à participação da sociedade civil nos espaços de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

212. A reversão dessa situação desafia o MSTTR a lutar para garantir que o Estado seja efetivamente democrático e público. Estas lutas precisam ser solidificadas nas práticas desenvolvidas cotidianamente nos diferentes espaços onde as lideranças atuam como, nos fóruns e conselhos. Uma das formas de dar maior qualidade à intervenção do MSTTR nestes espaços é assegurar uma maior distribuição da representação entre os membros das direções, não centralizando todas as atribuições no presidente ou apenas em outra pessoa que represente a entidade em todos os espaços.
213. A tradição de autoritarismo em nosso sistema político subtrai a participação social como componente de realização das políticas públicas e, na maioria das vezes, se sustenta na institucionalização da lógica privatista dos diferentes espaços públicos. Essa preservação de práticas autoritárias colabora para uma experiência associativa frágil. Por isso, mesmo havendo a presença de organizações da sociedade civil em boa parte dos espaços de participação compartilhada, estas tendem a ser fracas, com pouca expressão política em termos de qualidade da participação.
214. Outro elemento que dificulta a realização de um processo democrático nas funções de deliberação e controle social das políticas públicas refere-se à necessidade de um processo permanente de formação para conselheiros e conselheiras, que lhes permita intervir qualitativamente nos espaços institucionais.
215. As constatações das razões que levam ao esvaziamento da participação política dos conselheiros e conselheiras nos espaços de gestão e deliberação das políticas públicas, desafiam o MSTTR a encontrar caminhos para superar tais problemas, valorizando e fortalecendo a participação sindical nestes espaços estratégicos. A qualificação da ação sindical fortalece a eficácia das políticas descentralizadas, na medida em que melhora a participação social no controle e na fiscalização dos recursos e na gestão das políticas públicas.
216. Uma das demandas para qualificar a ação sindical é o conhecimento de como se constitui o poder local representado pelas diversas instituições e organizações. Isto permite estabelecer estratégias na construção de alianças e articulações que potencializem a efetivação das políticas públicas que atendam aos interesses coletivos.
217. A lógica da territorialidade apresenta uma estratégia importante de gestão pública, quando vai além da municipalização e potencializa as articulações entre municípios e microrregionais, permitindo a integração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Algumas políticas importantes vêm sendo executadas utilizando a estratégia territorial, a exemplo de consórcios de municípios para atendimento à saúde e a inspeção sanitária.
218. A ação sindical deve ser no sentido de assegurar que os governos atuem de forma democrática e participativa, estabelecendo e dinamizando o desenvolvimento rural sustentável. Os governantes precisam estabelecer relações mais diretas, flexíveis e transparentes, que reconheçam os direitos dos sujeitos, reforcem os laços de solidariedade e assegurem a construção da cidadania.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

CONJUNTURA INTERNACIONAL

1. A crise mundial tem aumentado os conflitos na relação Capital x Trabalho e coloca novos desafios para a classe trabalhadora. Como ampliar e qualificar as articulações sociais, melhorando a correlação de forças e intervir nas políticas de Estado, para que estas atendam aos trabalhadores e trabalhadoras?
2. Como reagir aos processos de aumento da concentração e da estrangeirização das terras na América Latina e aos processos de apropriação pelas transnacionais, das riquezas geradas pela agricultura familiar?
3. Em relação às mudanças climáticas, ao aumento da demanda por alimentos e energias limpas e às políticas de combate à fome e à pobreza no mundo, quais as alternativas viáveis para que a agricultura familiar se consolide como o modo de produção e organização que responda por estas demandas?
4. Que tipo de regulação deve ser estabelecido pelo Estado nas relações de produção e comércio exterior, visando assegurar os direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadoras e trabalhadores assalariados envolvidos neste processo?
5. Frente ao cenário internacional qual a importância do PADRSS? Como podemos enfrentar os desafios e construir um novo modelo de desenvolvimento sustentável, democrático, justo e solidário?

CONJUNTURA NACIONAL

1. Como alterar o atual modelo econômico brasileiro, de modo a permitir o desenvolvimento que seja sustentável e assegure a conservação ambiental e o fim das desigualdades com inclusão social, política e produtiva da população?
2. Como qualificar a ação sindical na disputa por modelos de projeto de desenvolvimento para o campo?
3. Como atuar para assegurar que as ações de combate à pobreza articulem políticas sociais com políticas econômicas e promovam a redução das desigualdades e a autonomia das famílias beneficiadas?
4. Como melhorar a ação do MSTTR nas eleições para prefeitos, vereadores, deputados, senadores, governadores e presidente da república? Qual deve ser a estratégia do MSTTR para atuar junto ao congresso nacional?

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO

1. Como as entidades do sistema Contag podem construir e fortalecer as alianças e parcerias estratégicas que assegurem a implantação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário-PADRSS?
2. Como o MSTTR pode melhorar a capacidade de se apropriar de informações, atualizar conceitos

e construir propostas de novas políticas que assegurem respostas adequadas às demandas da base sindical?

SUJEITOS POLÍTICOS

1. Como ampliar e qualificar a ação e a estrutura sindical para responder pelas demandas específicas dos diversos sujeitos políticos do campo e da floresta e fortalecer a unidade organizativa em torno de um projeto político comum?

REFORMA AGRÁRIA

1. Como melhorar a ação sindical na reforma agrária, tanto nos processos de obtenção de terras, como na qualificação dos projetos de assentamento?
2. Que estratégias utilizar para romper com a visão negativa da sociedade em relação a reforma agrária?
3. As formas de organização dos Projetos de Assentamento são eficientes e potencializam o fortalecimento da agricultura familiar?
4. Os mecanismos de regulação da propriedade fundiária são suficientes? O que precisa mudar ou melhorar para que as propriedades cumpram a função socioambiental?
5. As estruturas de Estado estão adequadas para realizar as ações de reforma agrária e o PNCF? O INCRA deve ser o único órgão de governo responsável pelo conjunto de ações nos assentamentos? Existem ações que podem ser descentralizadas para Estados e Municípios?

AGRICULTURA FAMILIAR

1. As atuais políticas públicas viabilizam a agricultora familiar em toda a sua diversidade? O que deve ser aprimorado para ampliar e fortalecer este modelo de produção?
2. Existem possibilidades de produzir outro processo de organização da produção que fuja ao padrão da agricultura patronal?
3. É importante para o MSTTR potencializar processos que levem à transição para a produção agroecológica?
4. Como atuar para conquistar políticas públicas amplas para a agricultura familiar, que rompendo com o padrão da política agrícola focada apenas no crédito produtivo e que visa reproduzir o modelo convencional de produção agropecuária?
5. Como atuar para ampliar o número de agricultores e agricultoras familiares com acesso ao PRONAF?
6. Como o MSTTR deve agir para desconstruir o discurso da agricultura única no Brasil? Como afirmar a agricultura familiar no debate político?

7. Como fazer para que a temática ambiental seja compreendida e incorporada pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais e pelas entidades sindicais? O pagamento por serviços ambientais é um instrumento importante para a agricultura familiar?
8. Que conseqüências a contínua saída da juventude do campo, o envelhecimento e a masculinização do campo trazem para a ação sindical? E para a sucessão rural na agricultura familiar? Como atuar para reverter as conseqüências negativas?

SINDICALISMO

1. Como o MSTTR deve atuar frente às lideranças que não cumprem os princípios e as deliberações das instâncias sindicais e estão ausentes dos interesses da base?
2. As comissões de ética são instrumentos importantes? Como melhorar o seu funcionamento?
3. Como avançar na política de cotas no MSTTR e assegurar a sua instituição em todas as entidades do sistema Contag?
4. Quais as razões para o surgimento de entidades diferenciadas na base do MSTTR?
5. Como o MSTTR deve atuar em relação às entidades sindicais diferenciadas? Atuar apenas no âmbito Jurídico é suficiente? Como envolver todas as lideranças do MSTTR neste debate? Quais os critérios para que uma entidade seja considerada representativa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo?
6. Qual a maneira mais adequada para ampliar a representação e a representatividade do MSTTR? Agricultores familiares e assalariados rurais devem permanecer no mesmo sindicato?
7. Como o MSTTR deve se relacionar com outras categorias que queiram integrar a sua base sindical, como os pescadores, quilombolas, extrativistas etc?
8. Como aprofundar as relações com as Centrais Sindicais para fortalecer o PADRSS? Como melhorar a articulação do MSTTR nas lutas gerais da classe trabalhadora brasileira?
9. Como assegurar o cumprimento das deliberações sobre o recolhimento e distribuição das contribuições financeiras pelas entidades do sistema confederativo? Como atuar para ampliar as filiações nos sindicatos e fortalecer a autonomia política das entidades?
10. Como realizar uma política de comunicação no sistema Contag, que assegure a divulgação e a visibilidade das suas ações e conquistas? A comunicação pode ser um instrumento de capacitação da base sobre os principais temas de interesse do MSTTR?
11. Como valorizar ações sindicais voltadas para a 3ª. Idade e pessoas idosas e ampliar a participação deles e delas nas instâncias e atividades do MSTTR?

ASSALARIAMENTO RURAL

1. Como o MSTTR deve enfrentar as transformações no campo que afetam as relações de trabalho? Como deve atuar frente ao crescente processo de mecanização que leva a perda de postos de trabalho no campo?

2. Qual a estratégia para combater a informalidade no trabalho assalariado rural?
3. Como ampliar e fortalecer os acordos e convenções coletivas de trabalho por região, por cultura e por ramo de atividade?
4. Como fortalecer a aproximação entre os assalariados e assalariadas rurais e o MSTTR, permitindo que seus interesses e reivindicações sejam contemplados pelas entidades do sistema Contag?
5. Como construir e implementar políticas públicas específicas e adequadas aos assalariados e assalariadas rurais, dado às suas peculiaridades na relação com o campo?

POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Como está a evolução das políticas públicas no campo? Quais os principais resultados da implantação das mesmas na vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais? Como atuar para reverter o quadro que privilegia a aplicação de públicas que levam ao esvaziamento do campo?
2. Como o MSTTR atuar para assegurar maior articulação entre as políticas elaboradas e executadas pelo governo federal, com aquelas implantadas pelos estados, territórios e municípios?
3. Como intervir para evitar a centralização do poder sobre as políticas públicas na mão de prefeitos, governadores ou de outras autoridades?
4. Como qualificar a ação do MSTTR no monitoramento e controle das políticas públicas? Como melhorar a ação das lideranças sindicais nos conselhos e em outros fóruns de discussões, elaboração e gestão das políticas públicas? É importante participar nos espaços de elaboração e deliberação sobre Orçamento Público?
5. Como melhorar a articulação com outras organizações e instâncias de poder local para assegurar a aprovação de políticas públicas que atendam aos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras?
6. O MSTTR deve se capacitar para intervir no debates sobre a questão tributária?
7. O MSTTR está tendo reconhecimento político pelas conquistas de políticas públicas, obtidas em suas mobilizações e lutas?

Assessoria da CONTAG

Adriana Borba Fetzner
Amarildo Carvalho de Souza
Antenor Martins de Lima Filho
Antônio Gilberto Viegas da Silva
Antonio Ricardo Farani C. Matos
Armando Santos Neto
Arnaldo Brito
Carlos Eduardo C. Silva
Cléia Anice da Mota Porto
Décio Lauri Sieb
Edson Barbeiro Campos
Eliene Novais Rocha
Eliziário Noé Boeira Toledo
Éryka Danyelle S. Galindo
Evandro José Morello
Iara Duarte Lins
Ivaneck Perez Alves
José Lourenço Cadoná
Leyde Alves Pedroso
Luismar Ribeiro Pinto
Luiz Vicente Facco
Maria Cavalcante Vicente
Marcos Pereira dos Santos
Maria do Socorro Cerqueira Simas
Maria do Socorro Souza
Maria José Costa Arruda
Marleide Barbosa de Sousa
Moacir Chaves Borges
Paulo de Oliveira Poleze
Paulo Jarbas de Caldas Osório
Raimunda de Oliveira Silva
Raquel Luiza Cardoso dos Reis Silva
Ronaldo Ramos
Sara Deolinda C. Pimenta
Sílvia Helena Zan
Tânia Dornellas
Zaré Brum
Zeke Beze Júnior

 **CONTAG**  **FETAGs**  **STTRs**